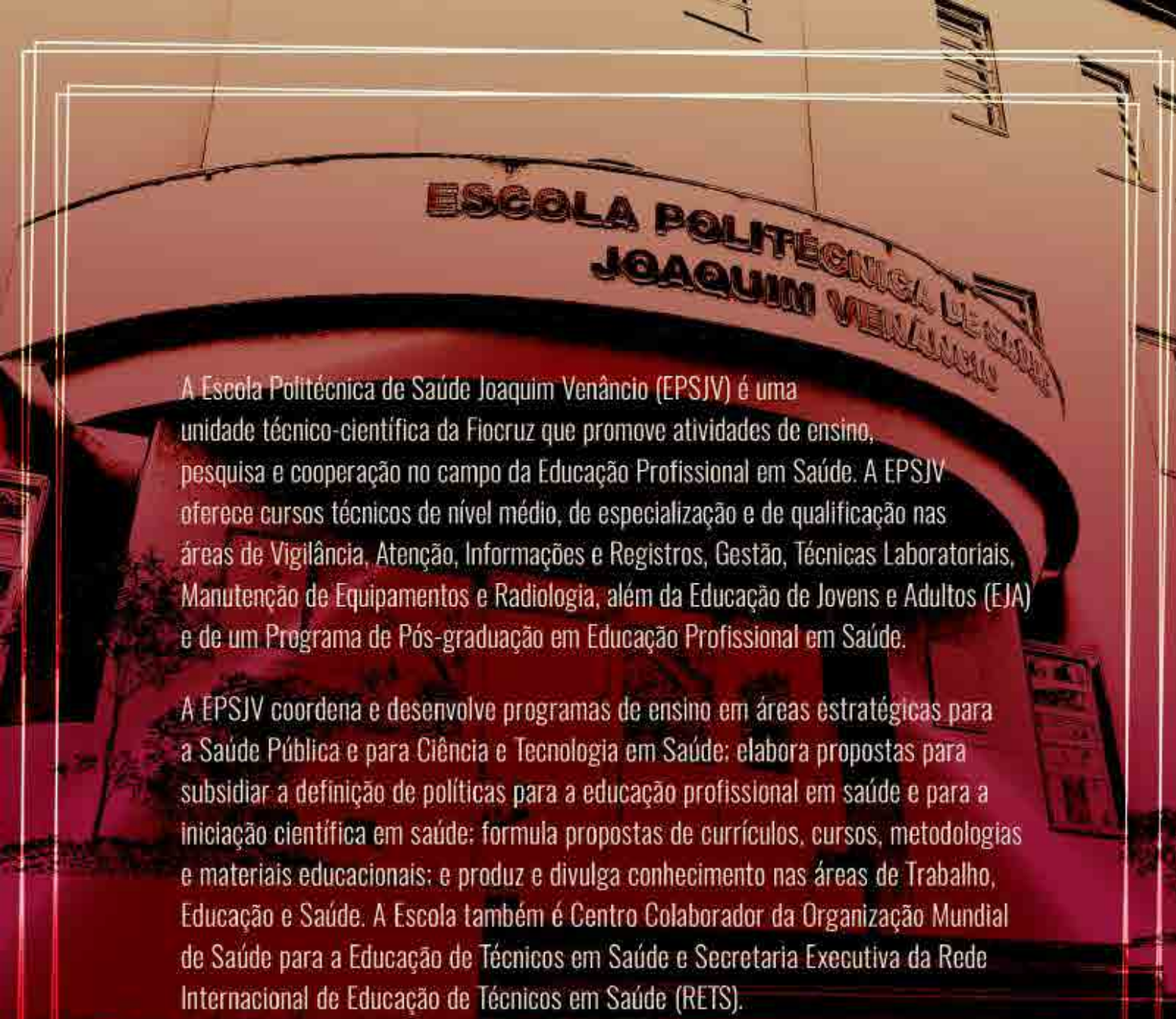
Revista
Poli
SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO
Ano XVII – Nº. 100
mai./jun. – 2025

ENTREVISTA
Luiz Carlos Fadel defende que a Segurança do Trabalhador deve se tornar um Direito Humano

TRABALHO
Redução da jornada: 'trabalhar menos, trabalhar todos, produzir o necessário'

Devolução Física Correios
Mala Direta Básica
9912631800/2023-DR/RJ
FIOCRUZ
Correios
Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios

40 anos de lutas pelo Direito à Comunicação



A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br

EPSJVFiocruz
@epsjv_Fiocruz
@epsjvFiocruz
epsjv/Fiocruz
epsjv - Fiocruz
+55 (21) 96473-6462*

*Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista
Poli
SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO

EXPEDIENTE

Ano XVII - Nº 100 - mai./jun. - 2025
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde
ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Talita Rodrigues

Edição
Cátia Guimarães

Reportagem
Cátia Guimarães
Juliana Passos
Paulo Schueler

Estagiária de Jornalismo
Júlia Guimarães

Projeto Gráfico
Maycon Gomes

Diagramação
José Luiz Fonseca Jr.
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Capa
Maycon Gomes

Imagens da Capa
Freepik

Mala Direta e Distribuição
Valéria Melo

Portal EPSJV
André Antunes

Mídias Sociais
Erika Farias
Larissa Guedes

Comunicação Interna
Giulia Escuri
Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações
Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional
Solange Maria

Tiragem
15.000 exemplares

Periodicidade
Bimestral

Gráfica
Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial
Alexandre Moreno
Ana Cristina dos Reis
Anamaria Corbo
Antonio Marinho
Augusto Cesar Rosito
Cláudio Gomes
Edilene Pereira
Etelcia Molinaro
Giovana Trindade
Ingrid D'avilla
Marcia Valéria Morosini
Monica Vieira
Nina Soalheiro

EDITORIAL

Esta é a edição nº 100 da Poli, uma revista criada para debater e aprofundar temas relacionados às políticas e concepções de saúde, educação e trabalho. A escolha da reportagem de capa já é, por si, uma forma de comemoração. Ao rememorar a trajetória – ainda em curso – das lutas pela democratização e pelo direito à comunicação, situando nela as experiências concretas de comunicação pública em saúde, esta revista presta uma homenagem ao campo de atuação profissional e militância do qual, há quase 17 anos, ela faz parte.

Mas essa história é feita também do nosso pertencimento ao campo da educação. Como realçamos certa vez, num texto antigo, escrito meses após o lançamento da primeira edição, essa identidade nos colocou desde sempre o desafio de compreender a comunicação pública como "um caminho para a formação dos cidadãos, mais do que para promover a visibilidade institucional ou fornecer informações imediatas tidas como de 'interesse público'". Particularmente a relação mais próxima com o segmento da educação profissional, dizíamos, nos provocou ainda a transitar "entre conhecimentos gerais e específicos, entre mundo da vida e do trabalho, entre teoria e prática". E concluíamos, à época: "Essa localização é importante porque é apenas no contexto da superação dessas dicotomias que a comunicação pode ser pensada como mais do que uma atividade técnica instrumental, executada a partir de um conjunto de técnicas-padrão, que servem a quaisquer objetivos".

Ao longo dessas 100 edições, muita coisa mudou: a democracia, as instituições, as políticas públicas, as tecnologias que colocaram outros problemas no centro do debate sobre a comunicação... E é exatamente por isso que, como você também lerá nas páginas que seguem, talvez seja ainda mais necessário destacar aquilo que deve permanecer.

Cátia Guimarães
Editora da Poli

SUMÁRIO

2 **CAPA**
40 anos de lutas pelo direito à Comunicação

9 Comunicação Pública e Saúde

12 **COP 30**
Um descolamento de agendas

16 **POLI 100**
O Brasil e o mundo em 100 edições da Poli

18 **EDUCAÇÃO**
Caminhos para a formação docente

22 **ENTREVISTA**
Luiz Carlos Fadel
'A vida e a morte são inegociáveis, elas não são passíveis de contrato'

26 **TRABALHO**
Uma semana que precisa acabar mais cedo

31 **DICIONÁRIO**
Atenção Secundária à Saúde

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site
www.epsjv.fiocruz.br

Endereço
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306
Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FIOCRUZ
SUS

40 ANOS DE LUTAS PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO

Com as mudanças tecnológicas, movimentos sociais da área acumulam reivindicações relacionadas ao novo cenário das *big techs*, que traz a desinformação e a mercantilização dos dados, com a velha batalha pela regulação da radiodifusão

CÁTIA GUIMARÃES

FREEPIK

Da radiodifusão às plataformas digitais, falta regulação

FREEPIK

Já faz dois anos que o principal Projeto de Lei (2630/2020) que propôs regular o funcionamento das plataformas digitais no Brasil, conhecido como 'PL das Fake News', está parado na Câmara dos Deputados, alvo de ataques das chamadas '*big techs*' e de grupos políticos que alegam defender a liberdade de expressão. Outras propostas chegaram a ser apresentadas e o governo federal tem mencionado a discussão de um texto próprio para submeter ao Congresso. De todo modo, parece tempo demais de inércia diante de um cenário em que se vive uma verdadeira 'epidemia' de desinformação, disseminação de discursos de ódio, vazamento de dados pessoais e outros problemas associados, principalmente, ao ambiente das redes sociais. Mas para os movimentos sociais que desde a Assembleia Nacional Constituinte lutam pela democratização da comunicação no Brasil, a espera – e a queda de braços em torno do tema – não é propriamente uma novidade: afinal, faz quase 40 anos que eles reivindicam a regulamentação dos artigos da Constituição que tentaram estabelecer um mínimo de regulação da mídia no país. E o motivo desse atraso de décadas é a pressão contrária a essa pauta feita principalmente pelos empresários da radiodifusão brasileira – aqueles mesmos que hoje apoiam a regulação das redes sociais – e por parlamentares e grupos políticos com interesse direto na concessão de emissoras de rádio e TV. "Diferente dos países capitalistas centrais, nós, no Brasil, temos dois grandes problemas: um cenário moderno, que envolve o enfrentamento das plataformas e da desinformação, e um cenário arcaico, ligado principalmente à radiodifusão, que a gente ainda não superou", resume Rodrigo Murtinho, diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (Icict), da Fiocruz.

Para as novas gerações, principalmente dos grandes centros urbanos, que cresceram assistindo vídeos pelo *YouTube* e se informando pelas redes sociais, a preocupação com a programação e a influência do rádio e da televisão pode parecer coisa do passado. Mas, apesar de uma tendência clara de mudança, os números mostram um cenário de acesso à informação e entretenimento mais complexo e desigual do que o que se costuma supor. Dados da última versão do *Digital News Report*, um estudo produzido anualmente pelo Instituto *Reuters* sobre o consumo de notícias, mostram que, já há algum tempo, os canais *on line*, que incluem tanto sites quanto as redes sociais, são a principal fonte de notícias no país. Em 2013, primeiro ano da série histórica, 90% das pessoas utilizavam principalmente esse meio de informação, enquanto em 2024, esse contingente caiu para 74%, mantendo-se, no entanto, no topo do *ranking*. Em segundo lugar estão as redes sociais consideradas de forma isolada, sem os demais veículos *on line*, que subiram de 47% para 51% nesse intervalo de tempo. Os meios impressos (jornais e revistas) caíram de 47% para 11%, a mudança mais significativa nesse período. Já a televisão – que compõe o setor de radiodifusão que os movimentos pela democratização há décadas tentam regular – também teve uma queda importante, mostrando uma curva descendente desde 2016, mas mantém-se como principal fonte de informação para nada menos do que 50% da população – eram 75% em 2013.

"Em todo o mundo, o rádio e a TV têm sido tratados como concessões públicas, desde a sua origem. Isso porque os sinais transmitidos por essas emissoras se propagam pelo chamado 'espectro eletromagnético'". Fonte: Câmara dos Deputados

Todo esse cenário diz respeito apenas ao consumo de notícias. Mas quando o assunto é entretenimento, os números absolutos sobre a audiência da televisão brasileira – e, consequentemente, sobre a influência desse meio na opinião pública e nos comportamentos sociais – também não são desprezíveis. Se por um lado a audiência das telenovelas, por exemplo, vem caindo em meio à con-

Ato em Belo Horizonte defendia a regulação da mídia em 2016, ano do *impeachment* de Dilma Roussef

MÍDIA NINJA

corrência com canais de *streaming* como a Netflix, por outro, segundo uma pesquisa realizada em dezembro do ano passado pela empresa *Opinion Box*, 26% dos brasileiros acompanham *reality shows* regularmente mas outros 40% afirmam assistir a esse tipo de conteúdo "às vezes" – como se pode imaginar, o que mais faz sucesso é o Big Brother Brasil (BBB), que tem 30% de uma audiência cativa desde a primeira temporada, lançada 25 anos atrás. E o dado que talvez seja mais interessante é que a maioria dos espectadores (72%) acompanham esse tipo de programação pela TV aberta. "O movimento [social pelo direito à comunicação] hoje está concentrado em pautas mais específicas, como a questão das *Fake News* e a regulação das plataformas, como se essa questão da comunicação como um todo não fosse mais importante. Mas não é assim, né? Porque a Globo está aí se reinventando", alerta Luiz Felipe Stevanim, editor da Revista Radis, da Fiocruz. Maria José Braga, Secretária Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), concorda: "Não é porque hoje nós temos plataformas que a televisão e o rádio podem fazer o que quiserem", diz.

O velho e o novo, ao mesmo tempo

A jornalista e militante dos Direitos Humanos Bia Barbosa, que integra o coletivo Diracom – Direito à Comunicação e Democracia, argumenta, inclusive, que os países que conseguiram regular a radiodifusão no passado têm mais ferramentas hoje para enfrentar as plataformas de mídias sociais. "Vários estudos mostram que as crianças europeias são muito mais protegidas do que as crianças brasileiras, não só porque agora eles têm uma legislação nesse sentido [de maior controle das plataformas] mas também em função de um histórico regulatório [da comunicação] mais amplo que a Europa sempre teve", exemplifica.

E não para por aí: alguns agravantes do cenário atual de poder e influência das plataformas digitais têm diretamente a ver com pautas não resolvidas que há anos estão na lista de reivindicações dos movimentos sociais da comunicação. O exemplo mais visível é o que ficou conhecido como '*zero rating*' (ou tarifa zero) e sua relação com a não-universalização da banda larga – um tipo de internet mais rápida e estável. O nome pode parecer complicado, mas o fenômeno é bem conhecido da maioria da população. Trata-se da prática pela qual alguns aplicativos de celular – em geral de mídias sociais – podem ser usados sem gastar dados móveis. Para o consumidor, parece ótimo: que atire a primeira pedra quem nunca ficou sem internet no telefone e comemorou por poder, pelo menos, navegar e se comunicar pelo *Instagram* ou pelo *Facebook*. A questão é que, alívios individuais à parte, isso faz com que, em função da falta de conectividade ou como estratégia para economizar dados móveis, boa parte das pessoas acesse informações e conteúdos exclusiva ou majoritariamente pelas redes sociais, o que reduz a diversidade de fontes e cria obstáculos, por exemplo, para que quem consome uma notícia nas redes possa checar em algum site jornalístico ou científico se se trata de desinformação. "Se a gente não tivesse tido uma política de *zero rating* lá atrás, hoje talvez não estivesse discutindo concentração de plataformas no Brasil, porque a gente talvez tivesse uma diversificação maior, inclusive, das plataformas que a nossa população acessa", analisa Barbosa.

MÍDIA NINJA

A solução, então, seria retirar o acesso 'gratuito' da população a essas mídias? Não. E é por isso que esse problema contemporâneo se entrelaça com a velha defesa da universalização da banda larga no Brasil. O Plano Nacional de Banda Larga, lançado em 2010, no governo Dilma Rousseff, significou, nas palavras de Bia Barbosa, um esforço de "massificação" do acesso à internet, ao determinar que operadoras privadas deveriam oferecer "pelo menos um pacote mais baratinho" para aumentar a conectividade no país. Já o caminho que os movimentos sociais da área defendiam – e que foi, inclusive, formalizado no relatório da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada um ano antes – era bem diferente: lançar mão de uma empresa pública, a Telebras, para, de fato, levar internet de qualidade aos lugares mais remotos do país, aqueles onde as empresas privadas de telecomunicações não tinham interesse em atuar porque eram menos lucrativos. "Se você passa a entender o espaço da internet como fundamental para o exercício do direito à comunicação, você tem que colocar na conta do Estado a necessidade de universalizar o acesso à internet", explica a jornalista do Diracom.

Passados tantos anos, e diante dos dados mais divulgados sobre acesso à internet no Brasil, essa demanda pode parecer ultrapassada, mas, mais uma vez, um olhar atento aos números mostra sutilezas que costumam escapar às manchetes de jornais. De acordo com a última versão da pesquisa TIC Domicílios, do Cetic, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, em 2024, 85% dos lares brasileiros em áreas urbanas tinham acesso à internet, uma evolução significativa desde 2005, data do primeiro mapeamento, em que esse indicador era de 13%. Mas aqui é preciso atenção. Em primeiro lugar, o estudo destaca que, mesmo com todo esse avanço, ainda existem 29 milhões de brasileiros que não usam a internet. Em seguida, vale ressal-

> "OS PAÍSES QUE CONSEGUIRAM REGULAR A RADIODIFUSÃO NO PASSADO **TÊM MAIS FERRAMENTAS HOJE PARA ENFRENTAR AS PLATAFORMAS DE MÍDIAS SOCIAIS"**

tar que esse alto percentual de conectividade se refere a residências em áreas urbanas: na zona rural, esse número cai para 74%. Quando se segmenta por renda, os dados mostram que 100% da classe A tem acesso à internet no Brasil, enquanto nas classes D e E, são apenas 68%. Foi a combinação desses e outros dados que provocou o Cetic a desenvolver um indicador mais completo, chamado de "conectividade significativa", para avaliar a real situação do direito à internet no país. E a partir desse cálculo mais complexo, que considera fatores como custo e velocidade da conexão, existência ou não de banda larga fixa nas residências e a capacidade de acessar a rede por diferentes dispositivos, os resultados são menos animadores: apenas 22% dos usuários com mais de dez anos no Brasil têm "condições satisfatórias de conectividade", a maioria deles, 74%, na classe A. Por fim, é importante ainda lembrar que, segundo o mesmo mapeamento, 60% dos brasileiros acessam a internet exclusivamente pelo celular, número que sobe para 86% entre os segmentos mais pobres da população. Foi nesse cenário, portanto, que o *zero rating*, que amplia o acesso aos aplicativos de redes sociais, acabou por substituir, de forma bastante seletiva, o direito à conectividade que o Estado não garantiu.

> "QUANDO ADOTAMOS A PERSPECTIVA DO DIREITO, A GENTE ESTÁ COLOCANDO A COMUNICAÇÃO NUM LUGAR TÃO RELEVANTE PARA **A SOCIEDADE, PARA A CIDADANIA E PARA A DEMOCRACIA DE UM PAÍS QUANTO A EDUCAÇÃO, A SAÚDE, A MORADIA E OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS"**
>
> **BIA BARBOSA**
> COLETIVO DIRACOM

Democratização e direito à comunicação

As consequências de não se ter universalizado o direito ao acesso à internet foram sentidas, de forma mais concreta, durante a recente crise sanitária. "Quando aconteceu a pandemia [de covid-19], o Plano Nacional de Banda Larga já tinha dez anos. E ainda assim não era possível fazer aulas remotas porque as pessoas não tinham acesso à internet de qualidade. Elas tinham acesso ao *WhatsApp*, a um plano pré-pago, a um *Instagram*, porque a franquia dá o *Instagram* e o *Facebook*, mas como é que você acessa uma plataforma de aulas?", questiona Stevanim, ilustrando os riscos de se compreender a comunicação apenas como mais uma mercadoria. "Quando adotamos a perspectiva do direito, a gente está colocando a comunicação num lugar tão relevante para a sociedade, para a cidadania e para a democracia de um país quanto a educação, a saúde, a moradia e outros direitos fundamentais", afirma Bia Barbosa, explicando que essa concepção vai além da pauta da democratização da comunicação, que se concentrava mais no combate aos oligopólios – caracterizados como o cenário em que poucas empresas dominam um determinado setor.

SANTIAGO SERRANO / MÍDIA NINJA

Não que isso fosse pouco. Afinal, o cenário em que os 'pioneiros' da luta no campo da comunicação atuavam era o de um país em que, mesmo antes do golpe empresarial-militar, os canais de informação e entretenimento eram controlados por poucos grupos econômicos. E que, ao longo dos 21 anos de regime autoritário, viu essa concentração aumentar ainda mais. A má notícia é que, passadas tantas décadas, a realidade brasileira de hoje não é lá muito diferente – exceto pela entrada de novos oligopólios, agora formados pelas plataformas de redes sociais e *streamings*, que atuam fora da TV aberta e do rádio convencional. De acordo com pesquisa realizada em 2017 pelo Coletivo Intervozes, o Brasil tinha a maior concentração econômica nessa área entre 12 países em desenvolvimento que participaram do mapeamento: para se ter uma ideia, as quatro principais emissoras de TV, juntas, tinham 71% da audiência. E isso sem contar a propriedade cruzada, ou seja, o fato de esses principais grupos econômicos e políticos serem proprietários de diversos canais, em diferentes mídias, como jornais e revistas impressos, emissoras de rádio e TV, editoras, canais de TV fechada e até gravadoras.

Nesse cenário, democratizar a comunicação significa, principalmente, regular as empresas que recebem concessões do Estado para veicular conteúdo em rádio e TV, adotando medidas que permitam que na programação prevaleça o interesse público coletivo, que se valorize o caráter educativo desses meios e que não se use esses canais para quaisquer tipos de violação de direitos. Mas não só: fazer com que o funcionamento da mídia e seu impacto na sociedade sejam mais democráticos significa também abrir espaço para que mais grupos e segmentos da população tenham voz, produzindo e disseminando outros conteúdos, perspectivas e linguagens.

O problema, na avaliação de Luiz Felipe Stevanim, é que na trajetória dos movimentos sociais da área, esse debate acabou se "afunilando" para um aspecto quase puramente regulatório, ou seja, de "construção de leis para regular a comunicação". Embora fundamental – até porque o vazio legal permanece –, ele considera que essa abordagem acaba muitas vezes limitando essa discussão a especialistas, sem atingir o conjunto da população. "As pessoas não se dão conta do quanto isso é determinante para a saúde, a educação, a cidadania", lamenta, defendendo que "a principal questão da comunicação

hoje" deveria ser garantir que "os diferentes grupos que formam o tecido social brasileiro" possam "falar por eles mesmos". "É a bandeira das vozes não hegemônicas, das populações de favela, populações indígenas, populações ribeirinhas, quilombolas, rurais, pobres", ilustra.

Por um lado, o editor da Radis ressalta a importância de instituições públicas, universidades, escolas e outros tipos de entidades "se abrirem" ao debate social mais amplo, incorporando outros atores que, de forma mais ou menos organizada, estão por aí fazendo comunicação popular. Por outro, a luta para que mais vozes tenham o direito à fala e para que a população tenha acesso a uma maior diversidade de visões, perspectivas e experiências passa também por uma dimensão regulatória, na medida em que a sobrevivência e a consolidação dessas iniciativas dependem de recursos que esses grupos, em geral, não têm. Maria José Braga, inclusive, destaca a Lei 9.612, de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil, como um exemplo de conquista, ainda que restrita, dos movimentos sociais que se organizam desde a Constituinte em torno dessa pauta. Trata-se da legislação que autoriza e define parâmetros para que entidades sem fins lucrativos possam ter a outorga de rádios ou TVs locais. Hoje, o país tem cerca de 4,5 mil rádios comunitárias, mas os principais obstáculos permanecem, entre eles a limitação da potência (a 25 watts) e do alcance (a 1 km) e a proibição de veiculação de publicidade – podem receber apenas "apoio cultural" –, num cenário em que não se conseguiu promover políticas de financiamento público que garantam a sustentabilidade desses canais.

A principal conquista apontada na pauta de fomento à produção de conteúdos 'alternativos' e independentes foi a criação do Fundo Setorial do Audiovisual que, no entanto, como pondera Bia Barbosa, é voltado muito mais para conteúdos de exibição nos cinemas do que nos "meios de comunicação cotidianos da vida das pessoas". Neste momento, a Fenaj está defendendo uma iniciativa semelhante voltada para a produção e disseminação de informações e notícias. Com apoio do FNDC, segundo Maria José Braga, a entidade elaborou uma proposta de Projeto de Lei, ainda não assumida por nenhum parlamentar, que garante financiamento público para o jornalismo. "Assim como a gente conseguiu lá atrás incrementar a produção cultural brasileira, a gente entende que precisa de financiamento público para o jornalismo para fomentar a produção, a diversidade, a pluralidade e, obviamente, a regionalização da produção", explica. A ideia é criar uma Contribuição sobre Intervenção do Domínio Econômico (Cide), um tipo de tributo que incide sobre um setor específico e que, nesse caso, seria cobrado das grandes plataformas digitais que atuam no país, para financiar a produção dos 'pequenos', por meio de um fundo público.

Se não tem sido fácil garantir a pluralidade de vozes nem por meio de iniciativas locais, o sonho de se ter no Brasil um canal de abrangência massiva que diversificasse a programação e o enfoque das notícias em relação aos canais empresariais também não se concretizou, embora alguns passos tenham sido dados. Bia Barbosa cita a criação da EBC, a Empresa Brasil de Comunicação, que tem na TV Brasil sua principal emissora, como um avanço concreto no fomento à diversidade nos meios de comunicação no país. Mas ela ressalta que, também aqui, trata-se de uma conquista relativa. "A EBC tem uma relevância temática. É hoje a única televisão aberta, por exemplo, que ainda passa desenho para crianças, porque tudo isso migrou para o universo do sistema de TV por assinatura", ilustra, complementando que, por ser pública, ela é também a emissora que "dá maior vazão e espaço para a exibição de filmes e produções nacionais" e que garante programas "que tratam de todas as nossas diversidades religiosas, regionais, de gênero e de raça". "A EBC é muito relevante nesse sentido, mas quando você olha a população brasileira que está se informando pela TV Brasil ou pelas emissoras de rádio da EBC, ainda é um universo pequeno em relação à proporção da sociedade que se informa pelos meios tradicionais", analisa. E compara: "A EBC chega num mercado extremamente concentrado, que já tem uma audiência extremamente cativada pela sociedade. É completamente diferente do que aconteceu na Europa, em que os meios de comunicação eram públicos e foram privatizados, e até hoje, depois de 40 anos da privatização da radiodifusão europeia, você tem os meios de comunicação públicos na fidelidade da audiência da população".

Regulação independente, pluralidade e diversidade: coisas do passado?

"O mundo da comunicação se transformou de uma forma tão radical que eu acho que para as novas gerações, e mesmo para uma pessoa como eu, que viveu aquele período e está vivendo hoje, é um exercício voltar àquela época e compreender, de fato, o que estava em jogo". A frase é de Venício de Lima, professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB), e refere-se ao momento da Constituinte, em que as principais propostas para democratizar a comunicação como parte da transição democrática do país foram discutidas. Lima foi assessor da deputada Cristina Tavares (MDB), que produziu o relatório sobre o capítulo da comunicação social na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e do deputado Artur da Távola (MDB), que foi relator da Comissão da família, da educação, cultura e esportes, da ciência e tecnologia e da comunicação, ambas na Constituinte. "Naquele momento, a estrutura de poder da comunicação no Brasil era muito evidente. As organizações Globo eram um poder enorme, que historicamente tinha ramificações no Legislativo, no Poder Executivo, no Ministério das Comunicações... Um poder muito cioso da influência que exercia e que não queria ceder em nada", resume, explicando também que, do outro lado desse 'cabo de guerra', havia organizações sindicais "muito fortes" lutando

Movimentos sociais defendem, na Câmara, legislação que se tornou referência internacional

GUSTAVO LIMA / CÂMARA

pela democratização da comunicação. O destaque na época era a Federação Nacional dos Jornalistas, que foi a principal articuladora da Frente Nacional pela Democratização da Comunicação, e apresentou, junto com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), duas outras organizações sindicais, uma emenda popular com proposta de texto para o capítulo da Constituição.

Mas pelo que se lutava, afinal? Parece consenso entre os entrevistados desta reportagem que a principal 'bandeira' daquele momento era a criação de um Conselho de Comunicação Social. A ideia era instituir uma entidade autônoma, com representantes de diferentes segmentos da sociedade civil, incluindo empresários e sindicatos, desvinculada do governo e do parlamento, que fosse responsável, entre outras coisas, por regular as concessões públicas das emissoras de radiodifusão. De acordo com Venício de Lima, a experiência que os pesquisadores e movimentos sociais da época tinham como principal modelo para a proposta apresentada pela deputada Cristina Tavares no primeiro anteprojeto, era a *Federal Communications Commission* (FCC) norte-americana, que regulava os setores de telecomunicações e radiodifusão.

A Constituição de fato previu a criação de Conselho Nacional de Comunicação, mas concebido como "órgão auxiliar" do Congresso Nacional, sem qualquer autonomia. Além disso, as concessões de emissoras de rádio e TV, cuja regulação seria a principal tarefa desse órgão de acordo com o desenho proposto pelos movimentos sociais, ficaram como responsabilidade compartilhada entre a presidência da República e o Congresso Nacional. Não por acaso, esse foi o único artigo do capítulo da Comunicação na Constituição que foi regulamentado depois, por meio da Lei 8.389/1991. "A gente teve uma vitória parcial, que foi a inclusão de um capítulo da comunicação na Constituição brasileira, mas sofreu uma derrota, que foi não conseguir a criação de uma instância deliberativa, democrática, com participação social para as comunicações", lamenta Braga.

Fomento à imprensa popular alternativa é parte das pautas da democratização da comunicação

MÍDIA NINJA

Distribuídos em diferentes propostas, os objetivos que orientavam as demandas pela democratização da comunicação naquele momento – e ainda hoje – eram a garantia de maior pluralidade e diversidade nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa que eram concessões públicas. "Quando você fala em democratizar, fala em garantir que mais vozes ocupem esse espaço, tanto do ponto de vista de linguagens diferentes, como do ponto de vista de lugares a partir de onde essas vozes poderiam se expressar", resume Bia Barbosa, explicando que originalmente o foco era promover a diversidade regional e que, com o tempo, a isso se somou a preocupação com a diversidade de raça, sexual e em relação às pessoas com deficiência. A questão é que essa mudança atingia diretamente alguns interesses poderosos na medida em que denunciava e tentava reverter a concentração desses meios que, há décadas, estavam nas mãos de poucos grupos econômicos e políticos. Desde sempre, portanto, houve reação. "A maioria dos componentes da subcomissão que discutiu a questão de comunicação [na Constituinte] era diretamente ou indiretamente ligada a concessões de rádio e televisão", conta Venício de Lima, mostrando como, já na largada do processo de redemocratização brasileiro, manifestava-se o que o ele considera uma "anomalia" que até hoje não foi resolvida: o fato de parlamentares serem concessionários de emissoras de rádio e TV.

O artigo 54 da Constituição proíbe que deputados e senadores sejam "proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público", o que é precisamente o caso de canais que dependem da concessão do Estado. Mas o fato de não existir controle público, que produza de forma transparente, por exemplo, uma lista atualizada de todos os concessionários de rádio e TV no Brasil, e a existência de 'laranjas' que assumem os postos em nome de quem exerce cargo político, faz com que também essa determinação tenha se tornado praticamente letra morta.

O último levantamento feito pelo Coletivo Intervozes, em 2022, ano de eleições, cobrindo apenas 14 dos 26 estados brasileiros, identificou 45 candidatos aos mais variados cargos que eram proprietários de canais de rádio ou TV. O relatório chama atenção, por exemplo, para a situação da Bahia, onde, desde a década de 1970, a família Magalhães concentra um verdadeiro conglomerado empresarial, que envolve diferentes veículos de mídia. Para quem, por pouca idade ou pouca memória, tem dificuldade de juntar o nome à pessoa, trata-se da família de Antônio Carlos Magalhães, liderança do antigo PFL (Partido da Frente Liberal), que se tornou o DEM (Democratas) e hoje é o União Brasil. Conhecido como ACM, ele foi diversas vezes governador do estado e ministro das comunicações. E para que não reste dúvidas de que o cenário comunicacional brasileiro atual é herdeiro dos problemas não resolvidos no passado, Venício de Lima lembra como esse político baiano – que faleceu em 2007 mas deixou descendentes na política, como o atual vice-presidente do União Brasil, ACM Neto – já era protagonista da defesa dos interesses empresariais e políticos nessa área desde a Constituinte. "O grupo da comunicação [na subcomissão] era 'coordenado' externamente. Por exemplo, Antônio Carlos Magalhães, que era, à época, ministro das comunicações do [então presidente José] Sarney, tinha um irmão que era deputado federal e compunha a subcomissão. Todo mundo sabia que havia um contato entre eles que, além de serem irmãos, tinham os mesmos interesses: eram ligados à Globo, ao Roberto Marinho... Então, era uma disputa impossível", conta.

Luta sem fim

Ao longo desses 40 anos, a luta contra todo tipo de regulação nunca deixou de ser travada pelos empresários da comunicação no Brasil. "A bancada da radiodifusão sempre foi uma das mais fortes [no parlamento] e até gente de esquerda tinha medo de entrar nessa luta com medo de desaparecer da mídia", diz Murtinho. Mas a briga se dava também em outras arenas. O debate sobre a comunicação voltou a ganhar força a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, quando o jornalista Franklin Martins foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e passou a defender a regulação da mídia. E o que não faltou foram editoriais dos grandes jornais caracterizando como censura qualquer proposta que se discutisse sobre o tema, apesar das vastas experiências internacionais de países democráticos que têm mecanismos e instituições para regulação da comunicação, como Estados Unidos e Inglaterra.

E, pelo menos até agora, eles têm levado a melhor. No balanço geral dos entrevistados desta reportagem, mais de 15 anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) praticamente não trouxeram conquistas nas pautas relacionadas à democratização e ao direito à comunicação. "Não conseguimos avançar sequer no processo regulatório, por menor que seja: nem na publicidade, nem nas concessões do sistema de radiodifusão... Nem com a entrada da TV digital a gente conseguiu ampliar essa diversidade: a gente acabou ficando ali na 'rabeira' com o canal Educação, canal Saúde junto com a TV Brasil, onde tem multiprogramação, enquanto, por outro lado, teve a entrada de não sei quantas TVs católicas e evangélicas", critica Murtinho. Stevanim considera que "não houve avanços estruturais e significativos", mas que "foi possível ocupar alguns espaços e trazer alguns debates, questões, avanços, legislações pontuais". Ele se refere, por exemplo, ao fato de, num período em que o Ministério das Comunicações estava mais próximo dos interesses da radiodifusão, as discussões iniciais sobre uma TV pública que depois viria resultar na criação da EBC terem encontrado espaço no Ministério da Cultura, na época ocupado por Gilberto Gil.

As dificuldades, no entanto, não ficaram nos governos passados: Bia Barbosa destaca uma iniciativa da atual gestão que ela caracteriza como um verdadeiro "retrocesso" em relação a um dos pontos centrais das lutas históricas do setor. Trata-se da Lei nº 7/2023, sancionada pelo presidente Lula no primeiro ano deste mandato, que amplia o número de outorgas que os concessionários de serviços de radiodifusão podem ter. "Hoje as regras mínimas de barreiras para uma concentração ainda maior, que existiam a partir do Código Brasileiro de Telecomunicações e das legislações gerais do setor, foram derrubadas", denuncia.

LULA MARQUES / ABR

Senadores de oposição ao governor recusam projeto que combate desinformação

Também com ressalvas, Maria José Braga aponta "dois únicos avanços" conquistados pelos governos de esquerda na área: a convocação da 1ª (e única) Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, e a criação da EBC, em 2007, como estratégia de fortalecimento do sistema público de comunicação. "Não resolveram o problema efetivo, mas foram conquistas", opina, ressaltando que elas não foram "nenhuma concessão de um governo progressista" e sim "[resultado de] muita pressão do movimento social". Ela lamenta, no entanto, que o governo nunca tenha tirado do papel as mais de 700 propostas aprovadas na Conferência.

Bia Barbosa confirma o cenário de esperança que a convocação da Confecom gerou – os empresários de radiodifusão, inclusive, se recusaram a participar do evento. "A gente teve ali uma relevância do tema no debate público, mobilizando mais de 30 mil pessoas em conferências municipais e estaduais. Ali a gente tinha uma sinalização de que a comunicação talvez pudesse começar a ser tratada a partir da perspectiva do direito. Mas no cenário de desestabilização política do governo Dilma [Rousseff], principalmente na transição do primeiro para o segundo governo, isso desmorona completamente. Aí vêm o golpe e o governo Bolsonaro e a gente tem uma década quase de completa nulidade em relação a esse debate no governo federal e no Congresso Nacional", lamenta. E completa: "Não é uma coincidência que esses temas desaparecem do debate público. Você tem as mobilizações do FNDC, várias agendas que continuam acontecendo, mas a pauta gira completamente para o universo da internet".

Internet e redes sociais: mais avanços e novos riscos

O contexto a que a fala de Bia Barbosa faz referência se aproxima do momento da eleição presidencial de 2019, quando o fenômeno das chamadas *Fake News* e a disseminação de discursos de ódio pelas redes sociais invade o cenário político brasileiro. Mundialmente, o problema já tinha ganhado atenção três anos antes, em 2016, quando Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. Foi mais ou menos nesse período que o combate à desinformação, que passa pela regulação das plataformas digitais, se tornou pauta prioritária no campo da comunicação e do debate político. "O modelo de negócio dessas empresas tem trazido desafios à saúde pública, violações de direitos humanos, propagação de discurso de ódio e desinformação e ataques à nossa democracia", resume a pesquisadora do Diracom.

E aqui a menção ao "modelo de negócios" é fundamental para realçar a responsabilidade – e os ganhos – dessas empresas com a desinformação e a polarização política produzidas no ambiente das redes sociais. De forma muito resumida, pode-se dizer que a maior lucratividade dessas plataformas – *Instagram*, *Facebook*, *YouTube*, entre outras – depende de um verdadeiro círculo vicioso. Como vários estudos já demonstraram, conteúdos que envolvem polêmicas, denúncias, discursos de ódio e teorias da conspiração costumam gerar mais engajamento – *likes*, curtidas, compartilhamentos, comentários – nas redes sociais. E como é exatamente disso que as plataformas precisam, a cada vez que você reage a um determinado tipo de postagem, os algoritmos digitais sugerem outros semelhantes, num processo que reduz a diversidade dos conteúdos que chegam a cada usuário de forma personali-

BRUNO PERES / ABR

zada, criando verdadeiras 'bolhas' em que só circulam as mesmas ideias, e, ao mesmo tempo, ampliando a reprodução da desinformação. "São necessários parâmetros mínimos democráticos para que uma empresa possa operar no Brasil e influenciar a opinião pública, a política, os hábitos, a vida, a maneira de ser e de se vestir", defende Stevanim, que completa: "Nós não estamos nem falando da promoção de uma comunicação diversa, igualitária, plural, nada disso. Estamos querendo que não haja crimes, que as plataformas sejam responsabilizadas". Alvo de muita polêmica, o PL 2.630 – aquele que está há dois anos parado na Câmara – dificilmente conseguirá ser votado na Câmara, na avaliação de Bia Barbosa. Até o momento em que esta reportagem foi finalizada, outros projetos – a exemplo do nº 2.628/2022, que trata especificamente da proteção a crianças no ambiente *on line* – já tramitavam no Congresso, mas nenhum tinha avançado ou ganhado destaque no debate público.

Por outro lado, avançou no legislativo um Projeto de Lei, nº 2.338/2023, que trata do uso da Inteligência Artificial (IA) no Brasil e, de certa forma, toca em questões que permanecem nesse vazio regulatório, mobilizando os movimentos da área. Bia Barbosa destaca, por exemplo, o fato de a versão atual do projeto tratar da "previsão de proteção à integridade da informação", que pode ser um caminho para abordar a questão da desinformação. "A Inteligência Artificial tem condições de fazer essa desinformação circular de uma maneira muito mais rápida e com um impacto muito maior. Se você pensar em *deepfake* [manipulação de fotos, vídeos e áudios para produzir conteúdos falsos], vai ver o quanto essa tecnologia tem a possibilidade de causar um estrago mais danoso ainda do ponto de vista de gerar interpretações equivocadas na sociedade", diz. Mas também aqui a batalha promete ser dura: segundo a jornalista, a pressão das empresas que controlam as plataformas está acontecendo e já conseguiu, por exemplo, retirar do texto atual a classificação que considerava como de "alto risco" os sistemas de inteligência artificial usados para moderar e recomendar conteúdos nas redes sociais.

Entre as pautas mais "modernas", a "grande conquista", na avaliação de Rodrigo Murtinho, foi o Marco Civil da Internet, a lei nº 12.965, de 2014, que, segundo ele, se tornou "referência internacional". Apesar disso, um dos pontos mais importantes defendidos pelos movimentos sociais, a neutralidade da rede, simplesmente não 'pegou'. Falar em neutralidade no caso da internet significa que, quando você contrata um plano, nenhuma motivação econômica ou política, por exemplo, poderá definir privilégios ou obstáculos para os dados transmitidos. Se você chegou até este ponto da reportagem, o exemplo vai lhe parecer 'familiar': o '*zero rating*', aquele mecanismo que permite acesso a redes sociais mesmo quando o celular não tem dados móveis, é um caso típico de privilegiamento que fere essa determinação legal. "A neutralidade de rede não foi efetivada", reconhece Murtinho.

Informações públicas, dados pessoais

Alvo de menos disputas com grupos empresariais, já que foca na transparência dos governos, a Lei de Acesso à Informação (LAI), publicada em 2011, é um exemplo de pauta dos movimentos sociais da comunicação que tem gerado bons resultados, embora, como aponta Rodrigo Murtinho, permaneça o desafio de garantir que, além do Executivo federal, as gestões municipais e estaduais também consigam cumpri-la.

Sancionada em 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709, de 2018, é outro avanço apontado pelos entrevistados na pauta contemporânea da comunicação. É essa legislação, segundo Murtinho, que "consagra a ideia de privacidade como um direito" – pouco depois, em 2022, a Emenda Constitucional nº 115 inseriu a proteção dos dados como um dos direitos fundamentais listados na Carta Magna. Mas isso não quer dizer que não haja queda de braço. Ao contrário – e aqui o setor privado da saúde tem tido papel fundamental.

A disputa pelos nossos dados tem sido uma prática tão cotidiana que rapidamente você vai se reconhecer como parte dela. Com o argumento de facilitar a vida dos usuários, alguns aparelhos utilizados hoje para medir taxas como a glicose, por exemplo, são conectados à internet e transmitem os dados coletados diretamente para o médico que os acompanha. "Mas a empresa que fabrica esses aparelhos recebe esses dados também", alerta Murtinho. Outro mecanismo, ainda mais comum, de coleta e uso de dados pessoais para interesses privados são os programas de fidelidade, muitas vezes compartilhados por empresas de diferentes setores. Um exemplo é a plataforma chamada Stix, utilizada por grandes grupos econômicos ligados ao setor bancário, de farmácia e supermercado, entre outros. Funciona assim: quando você fornece seu CPF para conseguir um desconto na drogaria, as informações sobre os medicamentos que você toma com mais ou menos frequência são transmitidas para um mesmo 'banco de dados' que terá também registros, por exemplo, sobre se você costuma comprar muito doce ou bebida alcóolica no mercado. Com o cruzamento desses e muitos outros dados que cada um de nós entrega 'voluntariamente', é possível traçar perfis de consumo que permitem tanto direcionar propagandas de produtos e serviços como criar restrições ou obstáculos para a oferta – por exemplo, da parte de uma empresa de plano de saúde. "A ascensão do neoliberalismo e do desenvolvimento tecnológico criam uma base concreta do desenvolvimento do capitalismo global que coloca a questão da informação e da comunicação, que já eram fundamentais, em outro patamar. A comunicação, a informação e, fortemente, os dados estão hoje no centro do processo de reprodução do capital", conclui Murtinho.

Comunicação Pública e Saúde

Iniciativas em diversos formatos e mídias tentam promover escuta e diálogo entre as instituições de Estado e a população

CÁTIA GUIMARÃES

EDUARDO DE OLIVEIRA/ RADIS

EDUARDO DE OLIVEIRA/ RADIS

1ª Conferência Livre de Comunicação e Saúde

Em dezembro do ano passado foram divulgados os resultados de uma pesquisa chamada Epicovid 2.0, que avaliou os impactos da recente crise sanitária mundial no país. E um dos dados apresentados pelo estudo mostra que 27,3% dos participantes desconfiavam da vacina contra a covid-19. Entre os que não se vacinaram, 32,4% afirmaram não acreditar no imunizante, enquanto 31% achavam que ele fazia mal à saúde. Para completar, um contingente menor, de 0,5%, simplesmente achava que o novo coronavírus não existia. O cenário retratado pela pesquisa é o mesmo que fez com que, no relatório da 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2023, várias propostas apontassem a necessidade de se combater a desinformação. Foi a primeira vez que as *Fake News* e suas variações ganharam espaço num encontro como esse, mas muitos outros problemas que compõem a pauta de reivindicação dos movimentos sociais da comunicação vêm sendo denunciados pelas instâncias de controle social do campo da Saúde há décadas.

Proibir ou regular a propaganda de medicamentos, alimentos e bebidas alcóolicas, garantir acesso público à produção científica financiada com recursos do Estado, exigir transparência dos governos sobre suas ações, universalizar a internet banda larga de qualidade e fortalecer as mídias comunitárias e populares são apenas alguns exemplos de propostas que constam de relatórios das dez conferências nacionais de saúde realizadas desde o fim da ditadura até hoje no país. Isso sem contar as duas conferências livres convocadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2017 e 2023 especificamente para discutir Comunicação em Saúde. "É preciso lutar por espaços de comunicação para que o SUS [Sistema Único de Saúde] se fortaleça, pois se a comunicação não se tornar democrática, o SUS não avança também", diz o texto final da primeira.

As pautas da comunicação na saúde

Um passeio pelos relatórios das conferências nacionais de saúde mostra as diferentes preocupações que, ao longo desse tempo, os militantes da área manifestaram em relação à comunicação. Na histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, pouco se falou em comunicação propriamente, embora ali já se anunciasse claramente a necessidade de "proibir a propaganda comercial de medicamentos e produtos nocivos à saúde" e defendesse a realização de uma campanha nacional em defesa do direito universal à saúde. Em 1992, com o SUS 'engatinhando', a 9ª Conferência Nacional de Saúde começou a atentar para a importância da mídia na disseminação das informações que chegavam à população, e o que parece mais importante no texto final desse encontro é a busca de estratégias para que a população passasse a conhecer o sistema de saúde recém-criado.

Quatro anos depois, na 10ª Conferência, discutiu-se a importância dos sistemas de informação para o SUS. Naquele momento o controle social destacou também a importância de campanhas educativas sobre as situações de saúde e sugeriu que se aproveitassem canais como as contas de luz, as reuniões em igrejas e outros espaços de mobilização popular para fornecer informações de serviços sobre direitos e deveres dos usuários. Ao mesmo tempo, o relatório reforça a importância de que as decisões tomadas naquele espaço de participação social das conferências cheguem até o conjunto da população e reconhece que, para isso acontecer, é preciso contar com a mídia de massa.

A falta de estrutura de comunicação dos conselhos de saúde é destacada no texto final da 11ª, que aconteceu em 2000. E o principal caminho apontado para reversão desse cenário são as "lutas pelo acesso e legalização das rádios comunitárias, jornais, TV e outros meios que possam prestar informações e assegurar a expressão da população". A necessidade de fazer com que a população conheça o SUS permanece um problema apontado na 12ª Conferência, realizada em 2004, que propõe a criação de um canal de TV aberto nacional para questões de saúde, a implantação de TVs e rádios comunitárias com programação voltadas para temas da área e uma política de comunicação específica para veículos comunitários, em articulação com os conselhos de saúde. Também aqui se volta a tratar da importância do controle da propaganda de produtos que têm impacto sobre as condições de saúde, como cigarro e bebidas alcóolicas. Essa preocupação se repete na 13ª, que também propõe a realização de campanhas de divulgação sobre os aspectos positivos do SUS, a partir de uma percepção de que sua abordagem na mídia hegemônica era principalmente negativa. Saiu do encontro ainda a orientação de que a reserva de espaço para divulgação do SUS se tornasse uma exigência para a concessão pública de canais de rádio e TV. Na 14ª, volta à carga a importância de se divulgar o papel dos conselhos, o controle da propaganda de medicamentos e bebidas alcóolicas e a proposta de criação de um canal de rádio e TV específicos para a saúde.

Atravessada pela notícia de que o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha tinha aceitado o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff,

a 15ª Conferência tem um relatório mais enxuto, que ressalta a importância da divulgação do conhecimento científico e de experiências exitosas e da defesa do SUS através da mídia e de meios comunitários. A 16ª foca no fortalecimento da capacidade de participação da sociedade nas políticas públicas, com propostas voltadas à maior transparência e campanhas publicitárias sobre o SUS e os direitos dos usuários. Na 17º, realizada em 2023, a novidade foi o foco no combate à desinformação e a proposta de se construir uma Política Nacional de Comunicação Pública para o SUS.

Comunicação para a Reforma Sanitária

Toda essa trajetória mostra a clareza do movimento sanitário de que a comunicação era fundamental para conquistar e promover as mudanças que se queria na saúde brasileira. E essa constatação, que é anterior mesmo à criação do SUS, fez com que ao longo desse tempo fossem desenvolvidas também diversas experiências de comunicação e saúde.

Foi ainda no início da década de 1980 que nasceu, por exemplo, o Programa Radis, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fiocruz, hoje responsável por uma revista impressa com tiragem de mais de 113 mil exemplares distribuídos pelo Brasil inteiro. Em 1982 foram lançadas as primeiras publicações do programa, com o objetivo principal de, segundo o coordenador Rogério Lannes, manter os alunos egressos dos cursos da ENSP, que vinham do país inteiro, informados sobre o que saía na imprensa relacionado ao campo da saúde. Mas, já naquele momento, a "curadoria" desses conteúdos era orientada por um conceito ampliado de saúde. Em 1986, durante a gestão do sanitarista Sergio Arouca à frente da Fiocruz, se deu o começo de uma "guinada". Em março aconteceria a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que entrou para a História como um momento auge de mobilização em torno das pautas da saúde. E o principal papel das iniciativas tocadas pelo programa Radis passou a ser, segundo Lannes, "convocar e repercutir" o que acontecia nesse encontro, incluindo os trabalhos da Comissão Nacional da Reforma Sanitária, instituída após a conferência para organizar as propostas que deveriam subsidiar a Assembleia Nacional Constituinte em relação ao tema da saúde. A partir daí, diz, o programa assumiu claramente o papel de porta-voz do movimento social da saúde, criando, inclusive, em 1987, uma publicação (chamada Proposta) que se autointitulava 'jornal da Reforma Sanitária'. Com formato e linguagem mais jornalísticos, sua principal tarefa, naquele momento, foi 'cobrir' os bastidores da Constituinte de modo que os movimentos sociais soubessem os pontos de vista que eram debatidos ali a tempo de pressionar os parlamentares. "Era a informação que chegava mais rápido porque a [grande] imprensa não cobria [os assuntos relacionados à comissão de ordem social]", conta Lannes, explicando que, em relação à constituinte, a mídia empresarial estava mais focada nas discussões da comissão de ordem econômica, que discutia temas como o papel do Estado, a propriedade privada, a reforma agrária e a desregulamentação de setores como petróleo e gás.

Sinal dos tempos, foi nessa mesma época que nasceu outro projeto de comunicação e saúde, dessa vez focado no audiovisual. Aurea Pitta, pesquisadora aposentada do Instituto de Comunicação em Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fiocruz, trabalhava como bióloga e locutora quando foi tocada pelos debates da 8ª Conferência Nacional de Saúde num encontro de sindicalistas, em que lideranças do Conselho Regional de Medicina falaram sobre a expectativa que havia em torno daquele encontro. "Eu também fiquei muito entusiasmada", conta.

Na Fiocruz, ela e outros profissionais passaram a desenvolver um projeto de produção e distribuição de conteúdos de audiovisual que também existe até hoje: a Vídeo Saúde. O trabalho começou com um mapeamento do

Diversidade de veículos, meios e formatos é parte da garantia do direito à comunicação

EDUARDO DE OLIVEIRA/RADIS

acervo que já existia na Fiocruz. Depois vieram as primeiras produções próprias, mas o salto, na avaliação de Pitta, se deu quando o processo furou os muros da instituição. "Eu acho que o projeto da Vídeo Saúde mesmo surgiu quando começamos a captar vídeos a partir não só de contato com produtores externos, mas também fazendo a organização das mostras de vídeo", explica, referindo-se a editais de seleção e exposição de experiências audiovisuais que, já naquele momento, contavam com produções de secretarias de saúde, movimentos sociais e outros coletivos. "As mostras traziam as outras vozes, que estão fora das instituições de Estado. Elas davam a tão desejada polifonia a um projeto de comunicação pública", analisa, lançando já a concepção que marcaria as experiências comunicacionais na saúde ao longo dos anos seguintes.

A partir de 1994, parte do conteúdo da produtora chegou à TV, por meio de uma nova frente de atuação da Fiocruz no campo da comunicação: o Canal Saúde, criado a partir, principalmente, das provocações trazidas pela 9ª Conferência Nacional de Saúde, realizada dois anos antes, que destacava a importância de permitir que a população conhecesse o SUS. Depois de completar 30 anos, em 2024, hoje o Canal pode ser assistido pela televisão aberta no Rio, Brasília e em São Paulo, como parte da multiprogramação da TV Brasil. Os conteúdos da emissora – compostos atualmente por dez programas – podem ser acessados também por antena parabólica com recepção digital e pela Web, além de algumas produções serem ainda retransmitidas por canais educativos, universitários ou comunitários.

Mas no tempo em que tudo isso mal passava de desejo, Áurea Pitta conta que, embora todos estivessem "antenados" com os debates sobre o conceito ampliado de saúde e com as lutas pelos rumos da democracia, faltava fazer uma "descoberta": "que comunicação seria essa?". Foi influenciada pelas concepções de planejamento estratégico-situacional do economista chileno Carlos Matus que Pitta atentou para o fato de que todo o movimento de desconcentração e descentralização do poder que tentava se promover no país e no SUS deveria se refletir também no planejamento e nas decisões sobre os problemas de saúde – e que isso tinha diretamente a ver com a comunicação. "Planejar não pode ser monopólio do Estado. Qualquer força social luta por objetivos próprios e está em capacidade de fazer um cálculo que precede e preside as ações institucionais", diz. Ela ilustra: "Se tem um problema de saúde num município X, pneumonia ou bronquite, por exemplo, não adianta você fazer um planejamento de saúde dizendo que vamos tratar a pneumonia. Isso é óbvio. Mas você tem que explicar esse

problema situacionalmente, naquele local, procurar a origem, seus determinantes sociais e políticos", explica. E completa: "Se não tiver uma comunicação pública em que várias vozes concorram para explicar um problema de determinação social da saúde e da doença, você não consegue ir lutando contra aquele problema ao longo do tempo".

Comunicação Pública

Legalmente, a ideia de uma comunicação pública que vá além do caráter estatal está prevista na Constituição, no artigo 223, que fala da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. Com o objetivo de garantir estruturas de comunicação que fossem geridas de forma participativa, a partir de instâncias colegiadas compostas por representantes de segmentos da sociedade civil, o texto constitucional referia-se especificamente à radiodifusão. Apesar disso, ao longo do tempo, outras iniciativas de comunicação pública setoriais foram sendo experimentadas, principalmente no campo da saúde, que tem lançado mão dos mais diversos meios e formatos para garantir o direito à comunicação.

Passados exatos 20 anos da Constituição Federal, num tempo em que as atenções já se voltavam para a internet e as redes sociais, nasceu, ainda no âmbito da Fiocruz, uma nova iniciativa jornalística que também se orientava editorialmente pelo conceito ampliado de saúde mas dava destaque a pautas – e a um público – de outras duas áreas de políticas públicas: a educação e o trabalho. Trata-se desta Revista Poli que você tem em mãos, editada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que hoje está na sua 100ª edição. Definindo sua prática como "jornalismo público", no editorial do seu número de lançamento, em 2008, a Poli defende que "a participação social precisa se dar para além dos espaços institucionalizados pelo SUS" e concebe a comunicação como um "caminho que deve não só 'informar' a sociedade sobre o que se passa em determinado campo mas também propiciar espaços de debate e construção coletiva e democrática". "A sobrevivência de revistas como a Poli e a Radis, não só pelas suas questões editoriais, mas pelo formato [impresso], pela complementariedade que fazem com o audiovisual e outras formas, é essencial para que as pessoas e as coletividades possam ter opção em graus crescente de aprofundamento [dos conteúdos]. Porque o império das redes sociais e do tamanho [reduzido] dos textos, a restrição de aprofundamento são também uma forma de você emudecer ou não oferecer os elementos para as pessoas fazerem reflexões mais profundas sobre o que acontece na realidade", defende Rogério Lannes.

WILSON DIAS / ABR

Depois de anos de experiência e reflexão sobre todas essas práticas, em 2016 a Fiocruz lançou uma Política de Comunicação, que se baseia na defesa de uma "comunicação pública". O texto atribui à herança do movimento sanitário uma "cultura do jornalismo crítico e independente e da comunicação pública, que acolhe a diversidade de vozes e promove reflexões e discussões em torno da construção e defesa do SUS e dos direitos sociais". Define a comunicação pública como aquela que se dá no "compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva", esforços que todos os veículos citados nesta reportagem fazem no seu dia a dia. "É a ideia de uma comunicação estatal mais aberta à sociedade civil, mais sensível à pluralidade, à liberdade de expressão e à circulação de ideias diferentes dentro dos seus meios", resume o diretor do Icict/Fiocruz Rodrigo Murtinho.

Fora do Estado: comunicação 'alternativa' em Saúde

A importância de se pautar uma perspectiva pública e coletiva de saúde, coerente com os princípios da Reforma Sanitária, gerou também outros frutos, além dos espaços das instituições de Estado. Foi por entender que "a cobertura da mídia comercial de saúde é muito focada em bem-estar, de um ponto de vista individualista, ou pautada na defesa da saúde privada" que, de acordo Gabriela Leite, surgiram o boletim e o site 'Outra Saúde', que integram um projeto maior, chamado Outras Palavras. De acordo com sua editora, o boletim hoje tem mais de 10 mil assinantes, a maior parte formada por gestores, trabalhadores e pesquisadores da saúde pública – e a opção por um tipo de conteúdo que chega principalmente na forma de uma *newsletter* teve, também o objetivo de burlar os filtros dos algoritmos digitais, levando as informações diárias diretamente aos leitores "Outra Saúde tem enfoque crítico e comprometido com o SUS e a Saúde Coletiva", resume Leite.

Embora sua especialidade seja a cobertura de "sistemas alimentares", outra experiência que com regularidade aborda temas relacionados à saúde é o projeto 'Joio e o Trigo', que produz conteúdos em diferentes mídias. "Nossa cobertura tem um enfoque crítico ao capitalismo e às corporações. Quando olhamos para a produção de alimentos, o que nos interessa é o espaço cada vez maior que a produção de *commodities* vem ocupando no Brasil e o recuo da produção de alimentos típicos da nossa cultura alimentar, como o arroz e o feijão. Essa cobertura encontra diretamente a saúde várias vezes", explica Maíra Mathias, jornalista do projeto, que exemplifica: "Abordamos aspectos regulatórios, como a rotulagem nutricional, o banimento das gorduras trans pela Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] ou debates e pesquisas científicas que mostram como o consumo de determinados produtos alimentícios tem consequências negativas para a saúde da população. Esse é o caso da classificação NOVA que criou o conceito de ultraprocessados e possibilitou um sem-número de estudos epidemiológicos. Abordamos ainda o uso massivo dos agrotóxicos no Brasil ou *lobbies* corporativos como o da Novo Nordisk [empresa farmacêutica] para ter medicamentos incorporados ao SUS", conclui.

UM DESCOLAMENTO DE AGENDAS

Propostas do documento final da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente não mencionam a COP30

PAULO SCHUELER

PAULO SCHUELER / EPSJV-FIOCRUZ

Participação social: mais de 3 mil pessoas se reuniram em Brasília para discutir emergências climáticas

Após 11 anos da edição anterior, e com o tema 'Emergência Climática: o Desafio da Transformação Ecológica', aconteceu de 6 a 9 de maio a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA). Entre atividades autogestionadas, conferências livres, municipais e intermunicipais, foram realizadas mais de 900 reuniões em seu escopo – que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), mobilizaram mais de 65 mil participantes em 2.570 municípios.

A etapa nacional, ocorrida em Brasília, contou com 3.143 pessoas, sendo 1.184 delegadas e delegados – dos quais 58% foram pessoas negras, 56% mulheres e 7% pessoas com deficiência, e 20% pertencentes a povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Ao longo da etapa nacional, esse público diverso da sociedade civil brasileira comemorou a retomada dessa conferência e a possibilidade de dialogar com o poder público, após período "de trevas" e "terra arrasada", os termos mais citados por delegados à reportagem. Não poucas vezes, a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, foi efusivamente aplaudida pelo plenário. Em agenda internacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não participou do evento. Foi representado pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin, que esteve na cerimônia de abertura, mas saiu logo após discursar.

Os delegados se debruçaram sobre 568 proposições sistematizadas após as conferências municipais, estaduais e livres, que antecederam a etapa nacional. De forma eletrônica, portanto sem defesa em plenário, cada delegado pode eleger dez propostas de sua preferência. As 100 mais votadas compuseram o relatório da 5º CNMA, além de 87 moções aprovadas ao final.

O encontro que reuniu a sociedade civil em torno da pauta ambiental aconteceu poucos meses antes da COP30, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, que será realizada pela primeira vez no Brasil, em novembro, no Pará. Apesar da 'coincidência' das datas e do tema, nenhuma das mais de 500 propostas que chegaram à etapa nacional sequer cita a Conferência do Clima. Além disso, a Secretaria Extraordinária para a COP30, instituída pelo decreto presidencial 11.955/2024, não esteve presente nas cerimônias e palestras magnas da 5º CNMA. Em nota enviada à reportagem, a assessoria do órgão explicou que "o presidente e a CEO da COP30 estão na Ministerial do Clima de Copenhague, uma das reuniões preparatórias para a conferência, mas representantes da equipe COP30 acompanham a Conferência em Brasília", embora não soubesse precisar quem acompanhava o quê.

Apesar de tudo isso, duas moções aprovadas no encontro deixaram claro que a sociedade civil representada na 5ª CNMA pretende que as discussões e propostas elaboradas durante o evento ajudem a influenciar a COP30. Ambas reivindicavam que os delegados da Conferência do Meio Ambiente participem também da COP – a diferença é que uma delas se refere apenas à "delegação jovem". As duas moções foram encaminhadas para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Perguntada pela reportagem da Poli sobre se essa demanda seria atendida, a ministra Marina Silva lembrou, durante entrevista coletiva, que a COP 30 é responsabilidade da ONU e não do governo brasileiro. E argumentou que "a participação social no Brasil já está garantida de muitas formas", citando iniciativas como "campeões da COP", "enviados da COP", a "Cúpula dos Povos" e o "Ciclo dos Povos". "Nós teremos a conferência [COP30] em um país democrático. As pessoas que participaram da conferência [5º CNMA] poderão sim participar, mas dentro dos espaços criados pela organização da COP30", afirmou.

Os desafios do Brasil

Em sua fala na cerimônia de abertura da 5º CNMA, a ministra Marina Silva declarou que "o Brasil "vai realizar a COP30 liderando pelo exemplo". "Para liderar pelo exemplo", disse, "vamos enfrentar muitos dos nossos problemas e contradições". E, entre comemorações e promessas apresentadas durante a conferência, contradição foi o que não faltou.

O vice-presidente Geraldo Alckmin destacou o fato de o Brasil ter recuperado a governança ambiental e comemorou o mérito de o país ter sido o

segundo, no mundo, a apresentar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês), documentos pelos quais cada nação signatária do Acordo de Paris estabelece suas próprias metas de redução de emissões – apenas dez países cumpriram o prazo mais recente do ciclo de revisões do Acordo, em 10 de fevereiro de 2025. "Tendo 2005 como referência, e até 2035, [o compromisso é] redução entre 59% e 67% nas emissões de gases de efeito estufa", disse. O vice-presidente também comemorou indicadores de redução do desmatamento, a aprovação da lei do mercado regulado de carbono [Lei nº 15.042/2024, que estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE)], a recomposição de florestas através dos fundos Clima e da Amazônia e a aprovação da "lei do combustível do futuro" (Lei nº 14.993/2024). "Nós tínhamos 13% de bio[combustível] no diesel, com óleos vegetais, mamona, dendê, soja e girassol. O governo anterior reduziu de 135 para 105. O presidente Lula aumentou para 12%, depois 13% e estamos em 14% de bio no diesel. Ninguém no mundo tem bio no diesel. Nós temos 27% de etanol, e poderemos chegar a 30% de etanol na gasolina", afirmou. O problema, como você leu na edição especial da Poli sobre agroecologia (nº 99), é que monoculturas como a da soja e da cana de açúcar estão entre as grandes vilãs na emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) no Brasil.

Numa palestra magna, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, anunciou que a pasta trabalha para oferecer, na COP30, um fundo chamado Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), instrumento de financiamento para remunerar todos os países tropicais do mundo por manterem suas florestas em pé. "Nós queremos fazer com que a mobilização de capital não vá para a guerra [e sim para a] proteção das florestas brasileiras e de outros países tropicais, e essa é uma bandeira fundamental que nós vamos levar para a COP", frisou Durigan.

O secretário-executivo mencionou ainda a criação de imposto seletivo, o desenvolvimento de um mercado regulado de carbono e comemorou os números decorrentes da emissão dos chamados "títulos soberanos verdes" do Brasil. Esses títulos de dívida emitidos pelo governo federal, que buscam financiar projetos que promovam a sustentabilidade e a transição para energias renováveis, captaram até o momento US$ 2 bilhões (cerca de R$ 10 bilhões) no mercado internacional. Durigan declarou que "não é possível hoje, na nossa visão, formular política econômica, debater internacionalmente os desafios do mundo do ponto de vista do Ministério da Fazenda, do ponto de vista econômico, se a gente não trouxer para dentro do debate o desafio socioambiental".

Na mesma semana em que ocorria a 5º CNMA, entretanto, o chefe de Durigan, o ministro Fernando Haddad, anunciava a investidores das *big techs* na Califórnia (EUA), dentre eles executivos da *Nvidia*, *Google* e *Microsoft*, o estabelecimento de uma Política Nacional de *Data Centers*, prometendo incentivos fiscais e outros benefícios para as empresas de tecnologia instalarem estas infraestruturas no Brasil. A oferta de Haddad ocorre após a Agência Internacional de Energia (AIE) ter divulgado em abril de 2025 um relatório sobre 'Energia e Inteligência Artificial (IA)', alertando que até 2030 os *data centers* vão consumir a mesma quantidade de energia anual do Japão – mais que indústrias tipicamente intensivas em eletricidade, como a de alumínio, cimento e insumos químicos. Ao mesmo tempo, um *data center* consome em média entre 11 milhões e 20 milhões de litros de água por dia, comparável ao uso diário de uma cidade com 30 a 50 mil habitantes, conforme descrito no artigo *Data centers drenam recursos em comunidades com escassez de água*, liderado pelo pesquisador Eric Olson, do Centro de Estudos de Energia da Universidade de Tulsa (EUA). Não por acaso, das 100 propostas aprovadas no evento, nove eram dedicadas à gestão da água, que foi tema também de uma moção.

Tida pelos ambientalistas presentes no 5º CNMA como uma conquista, que servirá inclusive de exemplo a outros países na COP30, a legislação ambiental mereceu desagravo e manifestações a seu favor durante a Conferência. Isso porque naquela mesma semana, a pou-

> **FORAM 500 ANOS DESTRUINDO NOSSAS FLORESTAS.** EM MUITAS REGIÕES DO PAÍS, O SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO É O DESMATAMENTO, O SINÔNIMO DE PROGRESSO É A OCUPAÇÃO DA FLORESTA, DOS BIOMAS"
>
> **RODRIGO AGOSTINHO**
> Presidente do Ibama

PAULO SCHUELER / EPSJV-FIOCRUZ

Em painel na 5ª CNMA, o meteorologista Carlos Nobre mostrou que é preciso mais do que o Acordo de Paris

cos quilômetros dali, o Senado Federal deu andamento ao Projeto de Lei (PL) 2159/2021, que cria um novo marco para o licenciamento ambiental. O destravamento do projeto, que tem sido interpretado como um forte ataque à legislação ambiental brasileira (ver edição 92 da *Poli*) foi apontado pela *Folha de S. Paulo* como pressão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para que o Ibama conceda a liberação necessária para a perfuração de poços na Bacia Foz do Amazonas, localizada a 160 quilômetros de Oiapoque, no norte do Amapá.

Alvo de uma moção de repúdio ao final da conferência, o PL contraria a proposta, aprovada no encontro, de "garantir, nos licenciamentos ambientais, a consulta prévia, livre e informada e deliberativa, de povos e comunidades tradicionais e demais populações afetadas, em seus territórios, vinculando a aprovação de todas as etapas, com geração de trabalho e renda e formação profissional inclusiva e permanente, para reduzir impactos sociais, ambientais, culturais e violações de direitos humanos". Lembrando que, "historicamente, o Brasil sempre foi um país de contradições", o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, que participou da 5ª CNMA, considerou como "um pouco desesperador" observar as movimentações atuais no parlamento no mesmo momento em que a sociedade civil se reunia para deliberar sobre propostas ambientais e climáticas. "O Brasil é o único país do mundo com nome de árvore mas não porque a tenha preservado; pelo contrário, é por um histórico de exploração do pau-brasil. Foram 500 anos destruindo nossas florestas. Em muitas regiões do país, o sinônimo de desenvolvimento é o desmatamento, o sinônimo de progresso é a ocupação da floresta, dos biomas. A conferência é um processo de construção participativa e um termômetro importante da sociedade. A gente vive esse dilema, de uma parte do país que hoje valoriza a questão ambiental, entende o tamanho da crise climática; e um outro setor que entende que o meio ambiente ainda 'atrapalha'", lamentou.

Acordo de Paris: cumprir ou refundar?

Talvez a mais importante contribuição que a 5ª Conferência do Meio Ambiente para a COP30 tenha sido o debate que se deu na palestra magna 'Emergência Climática – desafios a enfrentar', em que o meteorologista Carlos Nobre apresentou dois estudos publicados este ano na revista científica *Nature*, segundo os quais as metas colocadas pelo Acordo de Paris, firmado dez anos atrás, já não são suficientes. "[O físico italiano Emanuelle] Bevacqua fez previsões para o futuro considerando o ano de 2024. De acordo com ele, quando uma certa marca dos termômetros é ultrapassada, isso também se mantém na média de longo prazo. Não conseguimos mais voltar abaixo desse nível. Os resultados das simulações mostram que isso também se aplica ao limite de 1,5°C [estabelecido pelo Acordo de Paris]. Já [o canadense Alex] Cannon avaliou que junho de 2024 foi o 12° mês consecutivo de temperaturas acima de 1,5°C, e que esses 12 meses consecutivos acima de um limite climático indicam que esse limite (1,5°C) foi ultrapassado", explicou. E concluiu: "Os dois estudos mostram que, mesmo que a redução rigorosa das emissões comece agora, é provável que a Terra ainda esteja ultrapassando o limite de 1,5°C".

Nobre detalhou o risco de já termos ultrapassado a meta de

um Acordo que ainda se luta para implementar. "77% dos cientistas do clima esperam um aumento de pelo menos 2,5°C acima dos níveis pré-industriais neste século, ultrapassando as metas do Acordo de Paris e causando consequências catastróficas para a humanidade e o planeta. Se passar de 2 graus, nós vamos liberar mais de 200 bilhões de toneladas de metano e gás carbônico. O metano é um gás muito poderoso do efeito estufa, 30 vezes mais forte que o gás carbônico", explicou, defendendo que "o combate à emergência climática está só começando e deve continuar, não importa o quão alta seja a temperatura global, porque cada fração de grau evitada reduziria o sofrimento humano".

Em entrevista à *Poli*, o físico Paulo Artaxo, integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), foi direto. "Nós já ultrapassamos 1,5°C. A questão não é mais limitar o aumento da temperatura, é acabar com o uso e exploração de combustíveis fósseis e com o desmatamento das florestas tropicais. Se a gente não centrar nas principais fontes causadoras do efeito estufa, esquece. Nenhuma meta funcionará se você não acabar com o uso de combustíveis fósseis o mais rápido possível, em todos os países. Esse deve ser o foco. Enquanto não mudarmos o padrão do uso de energia, e de consumo da sociedade, qualquer meta deixa de ter sentido".

Perguntada pela reportagem da Poli se, diante desses dados, o mundo corre o risco de debater na COP30 parâmetros do Acordo de Paris que não se sustentam mais, Marina Silva também reforçou que, independentemente do grau de aquecimento, os países precisam adotar a descarbonização. "A Ciência tem um papel crucial nesse debate. A ideia de não chegar ao ponto de não retorno, dentro do IPCC, foi algo que se firmou independentemente da pressão de governos, do setor financeiro ou de empresas. A Ciência bancou que esse limite é 1,5° C. Agora a Ciência está dizendo que a oportunidade de não atravessarmos o 1,5° C já se estreitou de forma assustadora. Nós estamos aqui para fazer o dever de casa: quanto mais grave é o diagnóstico, maior é a necessidade de tomarmos as medidas no tempo certo e na intensidade adequada", afirmou.

Na pauta da diplomacia que negocia os acordos da COP30 em Belém, entretanto, os parâmetros do debate não mudaram. "A sociedade precisa entender que a COP não é uma COP *do* Brasil, ela é uma COP *no* Brasil. Ela é um espaço de negociação, e agora o que está se negociando não é um novo acordo de Paris, é a implementação do acordo de Paris", afirma o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho.

PAULO SCHUELER / EPSJV-FIOCRUZ

Delegados da 5ª CNMA se manifestam contra o desmonte da legislação ambiental

Petróleo: o vilão ausente

Embora no Brasil a maior parcela das emissões de GEEs venha da atividade agropecuária (ver edição 99 da *Poli*), mundialmente o setor de energia – através da queima de combustíveis fósseis como petróleo, gás e carvão – é responsável por cerca de 73% das emissões. Reduzir seu uso, portanto, colaboraria para o que Marina Silva chamou de "medidas no tempo certo e na intensidade adequada". Apesar dessa evidência, a palavra 'petróleo' foi uma grande ausência nas 568 proposições que foram encaminhadas para deliberação dos delegados da etapa nacional da 5º CNMA – quando se analisam as 100 propostas aprovadas no encontro, não aparece sequer a expressão "combustíveis fósseis", diretamente relacionada à emissão de gases de efeito estufa. Também entre as 87 moções aprovadas, o termo aparece uma única vez, num texto que se coloca "Contra a abertura de nova fronteira exploratória na Costa Amazônica e Amazônia Livre de Petróleo". "Fazer a Conferência sem abordar essas questões concretas é negacionismo", opina o engenheiro ambiental e gerente do Instituto Internacional Arayara – que durante o 5º CNMA organizou manifestações no plenário contra a temas projetos em andamento, como a exploração de petróleo na Amazônia e em Fernando de Noronha, além da construção de uma termelétrica, a UTE Brasília.

Na mesma semana em que acontecia a 5ª CNMA, o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, enviou uma carta aos quase 200 países que participarão da conferência do clima no Brasil sem mencionar nenhuma vez os combustíveis fósseis. E a ausência não parece trivial. As COPs 28 e 29 foram realizadas respectivamente nos Emirados Árabes Unidos e no Azerbaijão – países cujas economias dependem do petróleo –, nas quais foram vetadas referências diretas ao produto. A 28 chegou a ser apelidada de "COP do Petróleo" pela imprensa internacional que cobriu o evento. Diante deste cenário recente, em março de 2025 um grupo de 260 organizações não-governamentais (ONGs) de todo o mundo endereçou carta ao governo brasileiro, à presidência da COP30 e à Convenção do Clima da ONU (UNFCCC, na sigla em inglês) pedindo o fim da influência de lobistas do setor de combustíveis fósseis nas conferências do clima das Nações Unidas

O BRASIL E O MUNDO EM 100 EDIÇÕES DA POLI

Você ainda se lembra da longa luta pela regulamentação da Emenda Constitucional 29, que determinou os percentuais mínimos que municípios, estados e governo federal deveriam aplicar na saúde e foi uma das principais 'bandeiras' de lutas do movimento sanitário no final dos anos 2000 e início da década seguinte? Num contexto de tantas reformas no Ensino Médio, quem se lembra que as primeiras propostas formais de mudança curricular nesse segmento de ensino apareceram lá atrás e foram reunidas num programa chamado Ensino Médio Inovador? Ganha um doce quem lembrar de um documento de diagnóstico e proposta chamado Pátria Educadora, lançado em 2015 pelo então ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, que fez muito barulho mas teve vida

TRABALHADORES TÉCNICOS

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

DEMOCRACIA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

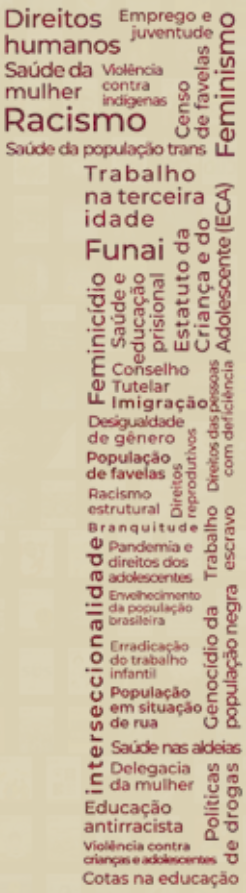
muito curta? Depois de uma Reforma Trabalhista avassaladora, que desde 2017 retirou muitos direitos dos trabalhadores brasileiros, quem ainda se recorda das lutas que dois anos antes se travava contra o Projeto de Lei que ampliava as possibilidades de terceirização? Passada mais de uma década, muitos estudos ainda tentam interpretar e entender as Jornadas de Junho que começaram em 2013, mas, nas páginas da Poli, a cobertura, as especulações, as inquietações e as muitas dúvidas foram estampadas 'a quente', ao longo de todo aquele tempo de mobilização e crise, no ritmo em que elas eram vividas. Depois veio a crise política, teve *impeachment*, crescimento da extrema-direita, ataque dos conservadores à Educação, descaso dos mesmos conservadores na Saúde, negacionismo em relação à ciência... Ao longo desse tempo, se intensificou no país o processo de uberização, que se expressou num aumento significativo dos trabalhadores por plataformas. Passamos pelo risco e pela experiência de várias emergências sanitárias, desde as situações endêmicas de dengue e a pandemia de Covid-19 até o alerta do crescimento de casos de febre amarela e a perda do certificado de país livre do sarampo. Houve ainda as tragédias e crimes ambientais, como a queda das barragens de Mariana e Brumadinho, além do aumento dos desastres 'naturais', que guardam relação direta com as mudanças climáticas. E tem ainda as 'datas redondas': ao longo dessas 100 edições, várias legislações, documentos públicos, políticas, personagens e eventos fizeram aniversário (aliás, mais de um): a CLT, o ECA, a declaração de Direitos Humanos, o Manifesto dos Pioneiros da Educação, a Estratégia Saúde da Família, a pandemia de Aids, a Eco-92, o educador Paulo Freire, a Reforma Trabalhista, o Golpe empresarial-militar, o SUS e a Constituição são alguns exemplos. Pois tudo isso – e muitos outros temas que não cabem nesse resumo – está documentado em 100 edições da Revista Poli – saúde, educação e trabalho.

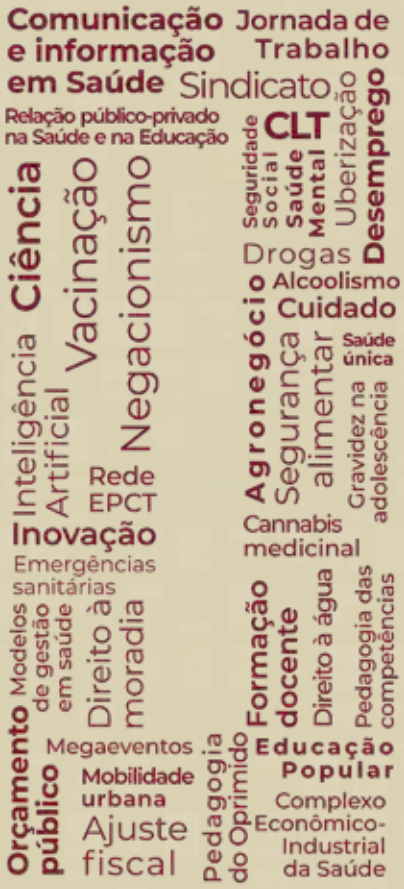
QUER VER?

DIREITOS DAS MINORIAS

TEMAS VARIADOS

LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS





Caminhos para formação docente

Pesquisadores reivindicam valorização da licenciatura na formação de professores da Educação Básica

JULIANA PASSOS

EDUCA/SP

Eles são responsáveis por formar, da creche ao ensino médio, boa parte da população brasileira. Os professores da educação básica somam um total de 2,3 milhões, em que 80% integram a rede pública, sendo as redes municipais, que legalmente têm a atribuição de oferecer o ensino infantil e o fundamental, as responsáveis por concentrar pouco mais da metade do total desses docentes. Nas redes estaduais, dedicadas majoritariamente ao ensino médio, esse número soma 659 mil. Nas escolas privadas existem 578 mil professores, enquanto o menor contingente está na rede federal, com 38 mil profissionais. Os dados são do painel do Censo Escolar elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Apesar da grande responsabilidade, a carreira na educação básica tem atraído cada vez menos interessados. No período de uma década, entre 2014 e 2024, o número total de professores cresceu apenas 7,5%. Na rede pública essa variação foi ainda menor: 6%. Esses dados refletem outras questões, como um alto índice de desistência nos cursos de licenciatura. Segundo o Censo da Educação Superior de 2023, essa taxa alcança uma média de 60% em todos os cursos. Na liderança estão as formações em física (73%) e matemática (70%). Outra implicação é uma realidade em que, em média, 30% dos professores do ensino médio são responsáveis por disciplinas para as quais não foram formados: para se ter uma ideia, 63% dos docentes que lecionam sociologia não são cientistas sociais, o que também acontece com 53% dos de língua estrangeira e 44% dos de física.

Em dados do Censo Escolar de 2024, 85% dos professores da educação básica têm licenciatura – uma formação complementar à graduação que prepara para o exercício da docência nas áreas que compõem as disciplinas da educação básica, como matemática, geografia e química. Dez anos antes, esse número era de apenas 71%. Os artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) determinam que a formação para atuar na educação básica inclui curso superior e licenciatura plena ou formação complementar. No caso da educação infantil e dos primeiros cinco anos do ensino fundamental, a orientação é que se tenha graduação em pedagogia, embora haja a ressalva de que é possível ter apenas a formação de nível médio "na modalidade normal" – 150 mil professores brasileiros estão nesta situação. A LDB exige que os entes federados promovam processos de formação continuada, o que pode incluir desde cursos de atualização, extensão e especialização até mestrados e doutorados. De acordo com dados do Inep, em seu painel de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente até 2025 (Lei nº 13.005/2014), apenas 41% realizaram algum curso de formação continuada em 2023 do total das redes.

Que formação é essa?

Ter diploma de ensino superior também não é garantia de ter tido acesso a um ensino de qualidade. Um dado preocupante no cenário brasileiro, por exemplo, é a quantidade de estudantes de graduação em licenciatura – que, portanto, serão os futuros professores das redes de ensino – formados em educação a distância (EaD). De acordo com informações do Censo Escolar 2024, cerca de um milhão de estudantes se matricularam em um curso de licenciatura em 2023 na modalidade de Ensino a Distância, sendo 90% deste total na rede privada. Essa quantidade é praticamente o dobro da modalidade presencial (557 mil), que predomina no ensino público, responsável pela oferta de 80% do total das vagas presenciais. Para a professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) Andreia Militão, essa é uma situação grave especialmente para os estudantes de graduação, já que essa formação é a base para que o professor possa enfrentar a realidade de gerenciar uma sala de aula com diversas demandas sociais, culturais e econômicas durante 200 dias de um ano letivo. "A formação de professores tem uma necessidade da presencialidade porque ela não é conteudista. Como poderíamos formar professores e professoras se a gente não tem esse contato com outro ser? Nós trabalhamos com pessoas e essas relações são muito complexas", diz.

A predominância da EaD, inclusive na formação dos professores da educação básica, acendeu o alerta no Ministério da Educação (MEC), que publicou um decreto de regulamentação desta modalidade (12.456/2025) no dia em que esta edição da Poli estava sendo fechada. Com a nova regra, os cursos de licenciatura não podem ser ofertados inteiramente à distância, apenas nas modalidades presencial ou semipresencial, criada com a nova regra. No primeiro caso, a oferta mínima de atividades presenciais é de 70%, enquanto no segundo é de 30% e outros 20% devem ser de atividades presenciais ou síncronas mediadas. Nesta situação, docentes e um grupo de até 70 estudantes utilizam uma plataforma online ao mesmo tempo, mas podem estar em locais diferentes. O decreto já era aguardado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que agora será responsável por revisar as diretrizes curriculares dos cursos que tenham previsão de modalidade EaD.

Valorização das licenciaturas

Em meio ao *déficit* de formação de professores e à precarização da carreira, o Ministério da Educação lançou em janeiro o programa Mais Professores, que funciona como um guarda-chuva, com três eixos de atuação. O primeiro é a criação da Prova Nacional Docen-

te (PND), que será realizada anualmente, e tem como objetivo fomentar a realização de concursos para professores por parte da União, estados e municípios, aumentando os ingressos na rede pública. A responsabilidade de aplicação da prova é do Inep e os entes federados podem escolher, mediante publicação de edital, se vão utilizar os resultados do exame para concursos públicos ou outras formas de seleção, inclusive as simplificadas. É ainda de responsabilidade do Inep produzir um relatório de desempenho individual dos candidatos. O investimento do Ministério para a aplicação desta prova é de R$ 212 milhões.

Já para incentivar o ingresso de estudantes em cursos que possuem licenciatura – aqueles das disciplinas que compõem a educação básica, como história, matemática, física, biologia e letras –, foi lançado o Pé de Meia Licenciatura. A iniciativa prevê a concessão de uma bolsa durante todo o período da graduação para aqueles que obtiverem uma nota mínima de 650 pontos no Enem – em que o máximo é 1000. O valor mensal é de R$ 1.050, sendo que parte desse valor, R$ 350, será automaticamente depositado em uma poupança. Podem participar do programa os estudantes aprovados em cursos presenciais pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sistema de ingresso em instituições públicas, do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), estes dois últimos voltados para estudantes de instituições de ensino superior privadas. Em resposta enviada por meio da assessoria de imprensa, o MEC informa que o programa receberá um investimento de R$ 819,8 milhões até 2027.

Diante do diagnóstico exibido pelo Censo Escolar, de que cerca de 30% dos professores lecionam em disciplinas para as quais não são formados, e que essa situação é especialmente grave nas regiões norte e nordeste, o MEC anunciou o incentivo de até R$ 2.100 por até dois anos para aqueles profissionais com experiência nas disciplinas em que os estados e municípios identificaram ausências dessa oferta. Nesse caso, a partir da chamada do Ministério, as redes que aderirem ao programa devem formular edital próprio de seleção em que prevejam critérios de ingresso. Uma vez selecionado, o professor participará, durante dois anos, de forma obrigatória de uma especialização em docência na educação básica que poderá ser escolhida pela rede de ensino, desde que seja validada pelo MEC. O montante de recursos previstos está em R$ 900 milhões até 2027.

Esses programas recém-lançados estão focados em aumentar o número de docentes nas redes. Mas o Ministério da Educação informa que também possui mais de 20 iniciativas voltadas para a capacitação de professores que já atuam nessas redes. Para Militão, incentivar a formação docente é fundamental para garantir a valorização dos conhecimentos pedagógicos, muitas vezes deixados de lado, desde os cursos de licenciatura até a educação continuada. "Precisamos equalizar um pouco essa questão porque muitas vezes o professor e a professora dominam os conteúdos disciplinares [do curso de graduação no qual ingressaram], mas os conteúdos pedagógicos são secundarizados nos cursos de licenciatura", avalia Militão.

Entre as iniciativas mais antigas que cumprem este papel estão o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). O Pibid foi criado em 2007 e prevê bolsas para faculdades de educação criarem projetos que incentivem alunos de licenciatura a lecionarem em escolas públicas e realizarem atividades de pesquisa e extensão relacionadas à docência. Para participar, as instituições interessadas devem apresentar um projeto mediante chamada de edital. Há previsão de bolsas não apenas para os alunos, mas também para o professor supervisor direto e para os coordenadores do projeto. Entre os objetivos do programa, estão o fortalecimento dos cursos de licenciatura, inserção dos estudantes no cotidiano das escolas públicas e incentivo à pesquisa e à extensão na área. Já o Parfor, criado em 2009, fomenta a oferta de cursos de licenciatura por parte de Instituições de Ensino Superior em que todas as vagas se destinam a professores que estejam atuando na educação básica da rede pública. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que visa capacitar os professores da ativa que ainda não possuem curso superior ou que lecionam em áreas nas quais não possuem especialidade e que decidam, portanto, fazer uma segunda licenciatura na disciplina para a qual estão dando aula. Nesse programa, os recursos são destinados tanto para a manutenção dos cursos quanto para a oferta de bolsa para os professores da educação básica frequentarem a formação.

Normativas de formação docente

As orientações gerais sobre como as formações de professores devem acontecer no Brasil são elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e têm sofrido mudanças ao longo dos últimos anos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica mais recentes foram aprovadas em 2015 e alteradas em 2019 e em 2024. Mas, embora com graus diferentes, tanto a versão atual quanto, principalmente, a de 2019, têm sido alvo de críticas de entidades e movimentos sociais da educação, que reivindicam a retomada dos princípios estabelecidos lá em 2015.

Um dos pontos muito valorizados das diretrizes de 2015 é a afirmação do "trabalho como princípio educativo", numa concepção em que o processo de ensino e aprendizagem se dá não apenas a partir do conteúdo disciplinar, mas também na interação com a comunidade escolar, na pesquisa e em outras atividades sociais voltadas para a construção de sujeitos mais autônomos.

Acontece que, atendendo à determinação da LDB e da meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor (lei nº 13.005/2014), logo após a aprovação das DCNs para a formação docente, iniciou-se um processo de formulação de uma base curricular comum para cada segmento da educação básica. A questão é que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) construída prevê de forma mais detalhada o conteúdo a ser ensinado e, expressando concepções pedagógicas que várias entidades e movimentos sociais consideram contrárias às que orientavam as DCNs de 2015, valoriza "habilidades e competências" dos alunos, num currículo voltado para preparar os estudantes para variadas situações do mercado de trabalho. E foi com base nessa BNCC, tanto a do ensino fundamental quanto a do ensino médio, que foi aprovada a BNC-Formação, como ficaram conhecidas as diretrizes curriculares para formação dos professores publicadas em 2019.

Aprovadas em junho de 2024, as diretrizes curriculares nacionais para a formação docente atualmente em vigor (Resolução nº 4/2024) revogam a BNC-Formação e citam a BNCC da educação básica apenas duas vezes de forma

indireta – inclusive recomendando, em uma delas, que o docente trabalhe com a Base de forma crítica. O presidente do CNE explica que a BNCC, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, continua em vigência e deve ser respeitada, apesar da quase ausência de menção a ela nas diretrizes de formação docente atuais. "Não é uma nova posição, porque quando falamos a respeito da Base Nacional Comum Curricular, nós sempre colocamos com toda clareza que competências e habilidades são uma expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes. A BNCC foi constituída dessa forma, uma enunciação de direitos e objetivos de aprendizagem traduzidos em competências e habilidades. Então, não há uma modificação conceitual, há apenas um cuidado de não tratar esses dois conceitos de maneira isolada ou como uma indicação de que sejam currículos relacionados apenas a uma parte instrumental para atender necessidades de mercado de trabalho", afirma.

Em dezembro de 2023, o Fórum Nacional de Educação (FNE) publicou uma nota em que critica as diretrizes de 2024 pela manutenção da concepção tecnicista e pragmática prevista na Resolução de 2019, denunciando que o professor se torna um mero aplicador de conceitos que não propõe ou elabora, ficando refém de manuais. Já a Resolução de 2015 é entendida pelas entidades como mais avançada por ser resultado de um amplo debate e consenso entre as entidades e os profissionais da educação superior. "A gente precisa retomar com urgência a Resolução de 2015 porque ali estão os princípios que orientarão realmente uma formação sólida, baseada na articulação entre teoria e prática, humanista, que não está posta nas demais resoluções [de 2019 e 2022]", defende a professora da UEMS. Outro ponto de destaque da resolução mais antiga que os pesquisadores defendem que seja a base da normatização atual é a presença de itens sobre a valorização dos profissionais de educação como um conceito abrangente, que vá além do salário e envolva formação inicial e continuada, carreira, condições de trabalho e saúde.

Reconhecimento dos saberes pedagógicos

Como agentes fundamentais do processo educativo, pensar a formação docente significa ir além dos conteúdos próprios das disciplinas ensinadas no período de bacharelado, o que requer que se coloque ênfase também nos conhecimentos metodológicos e didáticos do processo de ensino-aprendizagem, defendem os dois professores ouvidos para esta reportagem. Isso significa, para Militão, "formar o professor em sua integralidade" para que haja domínio tanto do conteúdo em si quanto da maneira de ensinar. "Nós queremos formar profissionais com uma personalidade democrática e autônoma, intelectuais seguros para fazer proposições para melhoria da educação básica", defende.

Josimar da Silveira, professor do *campus* Sertão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), ressalta ainda a necessidade de que os professores não se limitem a ensinar apenas a partir de sua experiência pessoal. De acordo com o professor do IF, é preciso conhecer as formas didáticas e metodologias de ensino, saber conduzir processos avaliativos e fazer um planejamento da dinâmica das aulas. Ele explica ainda que a formação docente deve contribuir para que o professor seja capaz de ensinar orientado por práticas pedagógicas voltadas para a emancipação dos estudantes, "entendendo-os como sujeitos de direito e da palavra". E isso, diz, passa pelo conhecimento de conteúdos relacionados à filosofia da educação, às diferentes perspectivas educacionais e às políticas públicas existentes.

Militão defende que deve haver liberdade para que cada instituição elabore o currículo dos seus cursos de formação de professores, respeitando as diferenças. "Cada instituição de ensino superior deve ter um projeto próprio de formação de professores. Isso é muito importante do nosso ponto de vista porque nós temos uma diversidade cultural, regional, econômica e também de concepções pedagógicas entre os profissionais que atuam na educação superior", avalia.

Essa formação também passa por cursos de especialização, mestrado e doutorado, o que é inclusive parte da meta 16 do Plano Nacional de Educação, que previa alcançar 50% de professores com pós-graduação em todas as redes até 2025, com a extensão do prazo de vigência do plano. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o país alcançou essa meta em quase todas as redes, com exceção da privada, em que a média é de cerca de 30%. Nas redes estadual e municipal, essa marca foi atingida com cursos de especialização, embora o índice de professores com mestrado ou doutorado esteja na faixa de 5%. Já na rede federal, a meta foi superada com folga: 93% dos professores possuem mestrado ou doutorado.

Militão avalia que para aumentar estes percentuais na rede estadual e municipal, incentivando-os a cursar especialmente o mestrado e o doutorado, é preciso facilitar a licença remunerada para qualificação desses profissionais. "Um professor e uma professora bem formados, como qualquer trabalhador que atua numa instituição de educação básica, vão poder, de fato, provocar processos de melhoria na oferta de educação básica pública", defende. Ela acrescenta que as especializações com carga horária mínima de 360 horas têm um papel importante na formação continuada, mas coloca ênfase no mestrado e doutorado por entender que são formações mais completas.

Outro fator que dificulta a formação docente é o alto percentual de contratos temporários por todo o Brasil, um dos dados mais surpreendentes do Censo Escolar. Para se ter uma ideia, em 2024, apenas dez redes estaduais tinham mais efetivos do que temporários. Os estados do Acre (79%), Santa Catarina (76%) e Mato Grosso (74%) estão na liderança da precarização. Na outra ponta, estão Rio de Janeiro e Bahia, com apenas 1% e 4,5% de docentes nessa situação, respectivamente. Em dados do monitoramento feito pelo Inep para a meta 16 do PNE referentes a 2023, a taxa média de professores efetivos em todas as redes é de 60%. No entanto, há uma grande variação por rede. O índice mais baixo está na estadual, com apenas 48% de efetivos, seguida pela municipal com 66%. Já a rede federal alcança 87% e mesmo assim não atinge a meta estipulada pelo PNE em vigor, em que 90% dos docentes devem ter vínculo permanente. No entanto, no Projeto de Lei enviado pelo MEC ao Congresso para o novo PNE (PL 2614/2024) a previsão para docentes efetivos foi reduzida para 70%, contrariando a Conferência Nacional de Educação (Conae) realizada em 2024, que em seu documento final recomendou a manutenção desse índice em 90% para o novo Plano Nacional de Educação que deveria começar a valer em 2025. (Leia mais na Poli 93).

"Esse é um fator extremamente prejudicial para a atuação desses profissionais. Para além das questões trabalhistas, [com a contratação temporária] não há possibilidade de construção de vínculo com a comunidade e elaboração de um projeto pedagógico de forma coletiva", reflete Militão, acrescentando que a alta rotatividade também prejudica a capacidade de formação desses professores. O presidente do CNE concorda: "A precarização da contratação de professores hoje no Brasil é um problema gravíssimo e que precisa ser combatido. Nós temos que criar mecanismos de indução para que haja internalização numa carreira com previsibilidade, degraus de desenvolvimento bem claros", defende.

Educação Profissional

Na educação profissional e tecnológica, existem hoje no Brasil 181 mil professores. Desse total, 58% trabalham na rede estadual e o restante se divide entre a rede privada e a rede federal, com ligeira vantagem para esta última, com 23%, segundo dados do Censo Escolar. Para o professor Josimar Vieira, um problema para todas as redes é que faltam professores com licenciatura, em especial para aqueles que ministram as disciplinas técnicas. Nas redes estaduais também faltam licenciados, diz o professor do IFRS. No entanto, diferente da rede federal, esses professores frequentemente não possuem mestrado ou doutorado, uma vez que não há incentivo para essa formação, além de os estados terem uma maior proporção de contratos temporários, o que dificulta a atração e permanência desses professores. "Historicamente, não existe uma política permanente de formação de professores para essa modalidade. Embora houvesse programas emergenciais temporários, nunca houve uma política contínua", diz o professor.

E não foi por falta de tentativa. Em 2008, por iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) foi montado um Grupo de Trabalho para a criação de diretrizes para a formação de professores da educação profissional para ser apresentado ao CNE. Em entrevista à Poli 79, Lucília Machado, professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), informou, à época, que a proposta era a criação de um curso de licenciatura com variações para os diferentes públicos que pudessem seguir na carreira docente. No entanto, o CNE decidiu não seguir em frente com a empreitada com o argumento de que era preciso primeiro construir novas diretrizes para a formação docente da educação básica como um todo, conforme declarou Francisco Cordão, ex-conselheiro do CNE que relatou a proposta das DCN para a educação profissional, na mesma reportagem. Atualmente, a resolução de 2024 que trata da formação docente da educação básica como um todo tem uma orientação específica para os cursos de licenciatura para graduados não licenciados na educação profissional e neste caso, estabelecendo uma carga horária mínima de 1.600 horas, com duração de dois anos.

O momento em que se tentou elaborar as primeiras diretrizes para a formação de professores da educação profissional coincidiu com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, marcada pela criação dos Institutos Federais, em 2008, que aumentou exponencialmente o número de professores nesse segmento. "Para se ter uma ideia, a escola agrotécnica em que eu atuo [IFRS - Campus Sertão] passou de 30 para 100 professores em um curto intervalo, um fenômeno generalizado no Brasil", recorda Vieira, que há 15 anos é responsável por ministrar um curso de formação de professores no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, com duração de um ano e meio e em formato híbrido.

O professor considera que a formação docente muitas vezes é insuficiente e pouco cobrada pelas instituições e, por exemplo, não aparece nos editais como exigência dos concursos. Uma das particularidades da Rede Federal nesse sentido é sua estrutura verticalizada, ou seja, que prevê que os professores ministrem aulas para alunos do ensino médio à pós-graduação, o que exige conhecimentos diferentes. "Muitos profissionais com bacharelado, mestrado e doutorado em suas áreas técnicas nunca tiveram contato com os saberes da docência em sua formação acadêmica", diz Vieira. Ele explica que frequentemente os profissionais que ministram disciplinas da área técnica – engenheiros, enfermeiras, administradores etc – se tornam professores após passarem em concursos públicos, sem terem planejado a carreira docente. E ele avalia que essa falta de preparo pedagógico pode levar a dificuldades em sala de aula, especialmente com estudantes mais jovens do ensino médio. "Em geral, os professores acabam moldando suas práticas a partir da experiência pessoal que tiveram com seus orientadores e ignoram os conhecimentos da pedagogia", diz.

Para suprir esta lacuna, os Institutos Federais estão investindo em formação docente. Essas iniciativas, no entanto, têm se dado majoritariamente nas modalidades híbrida e à distância. Um dos principais exemplos é o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que reúne 400 professores responsáveis pelas aulas espalhados em 38 polos no país. Dado que um dos aspectos críticos do cenário docente no Brasil hoje é o fato de a maioria dos professores serem formados por cursos a distância, Vieira argumenta que é preciso distinguir os cursos de graduação da formação continuada. Ele defende a obrigatoriedade do formato presencial no primeiro por entender que, além dos conhecimentos pedagógicos, é preciso aprender a interagir, escutar e ouvir. Mas entende que é possível adotar modalidades híbridas ou àdistância para aqueles que já passaram pela graduação e possuem uma maior autonomia nos estudos. Ainda assim, ele pondera que mesmo nesses casos é preciso uma regulamentação para limitar o número de alunos por turma e garantir uma estrutura de bibliotecas online e acompanhamento próximo, entre outras medidas que preservem a qualidade dos cursos.

RICARDO STUCKERT/PR

Governo Federal lança Programa Mais Professores com orçamento de R$2 milhões

“A VIDA E A MORTE SÃO INEGOCIÁVEIS, ELAS NÃO SÃO PASSÍVEIS DE CONTRATO”

Luiz Carlos Fadel

Oficialmente, a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que vai acontecer em agosto deste ano está na sua 5ª edição. A expectativa, no entanto, é que ela seja uma espécie de ‘Oitava’ – uma referência ao encontro de participação social que, em 1986, representou uma guinada para o movimento sanitário, construindo as bases do que viria a ser o Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa vez, a “mudança de paradigma” que se espera está anunciada no tema central da Conferência: o reconhecimento da Saúde do Trabalhador como Direito Humano. Nesta entrevista, Luiz Carlos Fadel, professor e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz) explica, defende e dá exemplos do que essa proposta significa. Com um olho na trajetória recente das lutas identitárias e outro na atuação que a Vigilância já tem em áreas como a saúde materna, Fadel, que é médico com experiência em Saúde Pública e Saúde do Trabalhador, argumenta que é preciso construir um novo ordenamento jurídico de proteção ao trabalhador, que vá além da legislação trabalhista e previdenciária, crie novas formas de responsabilização das práticas de exploração e englobe quem está na informalidade. E se alguém tem dúvida sobre a urgência dessa pauta, ele lembra que, além de estarmos assistindo a uma quase “epidemia” de sofrimento mental, a cada 15 minutos uma pessoa morre por doença ou acidente de trabalho no mundo, segundo dados de 2023 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

CÁTIA GUIMARÃES

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, NO ARTIGO 200, INSTITUIU QUE CABE AO SUS EXECUTAR AÇÕES DE SAÚDE DO TRABALHADOR. COMO ERA ANTES?

Não era. Para entender a área, a gente tem que fazer essa pergunta. A Saúde do Trabalhador tinha e continuou tendo a chancela e a tutoria da Organização Internacional do Trabalho [OIT], criada no início do século 20 em função de questões econômicas. O Brasil foi signatário da criação da OIT, em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, [firmado] quando acabou a 1ª Guerra Mundial. O tratado era basicamente para falar da dívida de guerra da Alemanha, e aí colocaram um penduricalho, um artigo para tratar da criação da Organização Internacional do Trabalho, que era uma reivindicação antiga dos países capitalistas centrais. A partir daí, houve coisas interessantes, a gente não pode negar a importância da OIT. Mas ela tem uma história que colocou sempre a saúde no trabalho como uma saúde fora do seu lugar. A saúde no trabalho, para a OIT, sempre foi uma questão mercantil, um ativo da relação capital-trabalho. Para isso foram feitas as legislações trabalhistas: onde você discute, por exemplo, salário, você discute saúde. A legislação trabalhista tradicional é fundamentalmente preventivista e à previdência cabe tentar reparar aquilo que a previsão não conseguiu resolver. Até 1988, a Saúde do Trabalhador nunca foi foco da Saúde Pública. Se tivesse uma pessoa acidentada no trabalho que chegasse a uma emergência, podia até ser atendida, mas era imediatamente encaminhada para a Previdência Social, se tivesse carteira assinada. Quem tratava disso eram o Ministério do Trabalho, a legislação do trabalho, o Ministério da Previdência. Esse é um fenômeno inacreditável: pessoas podiam morrer, por exemplo, de uma pneumonia por decorrência do trabalho, uma silicose, e jamais a Saúde Pública se meteria nisso. A tuberculose, sim. A silicose, não. Era assim que funcionava.

Na Reforma Sanitária a gente teve um movimento influenciado pela medicina social latino-americana e pelo modelo operário italiano de Saúde do Trabalhador. A Saúde do Trabalhador surge como um paradigma epistemológico da Itália, nos anos 1960. A Itália do pós-2ª Guerra foi um dos países mais prejudicados financeiramente pelo Plano Marshall [Programa estadunidense de financiamento da reconstrução dos países europeus após a guerra, como parte da estratégia da Guerra Fria]. E, a partir do final dos anos 1940, viveu a maior catástrofe no mundo do trabalho para se reerguer, chegando a se tornar a campeã mundial de acidente de trabalho. O Partido Comunista Italiano e o Movimento Sindical Italiano, a Confederação Geral de Trabalhadores Italianos, se uniram e, num movimento que levou uns dez, 15 anos, começaram uma verdadeira rebelião ideológica e técnica contra a medicina do trabalho, a engenharia de segurança e a saúde ocupacional, que não davam conta das mortes no trabalho na Itália. Eles diziam o seguinte: ‘Saúde não se vende, Saúde não se delega ao técnico, ao médico. O saber técnico é importante, mas não pode ser hegemônico nem autoritário para dizer o que eu tenho que fazer com a minha saúde. Porque nesse modelo a gente está morrendo. A gente quer ter voz’. É uma história bonita. Nos anos 1960, eles chegaram a formar 3 milhões de operários dentro desse modelo, baseado um pouco no modelo do [Antonio] Gramsci, do círculo de cultura, de 40 anos antes. E aí começa o movimento que veio para o Brasil como Saúde do Trabalhador, que fala de pertencimento, diferenciando-se da saúde ocupacional e da medicina do trabalho – veja que a medicina não é do trabalhador, é do trabalho, e a quem pertence o trabalho, se não ao capital? Foi uma discussão vigorosa e vitoriosa

e muita coisa avançou. Desse modelo nasce a ideia de saber operário, de que não se faz nada em Saúde do Trabalhador sem a participação do trabalhador. O modelo de mapa de risco que o Brasil adotou na legislação trabalhista [como tarefa] da CIPA, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, é uma invenção do modelo operário italiano, que depois ganhou força como método pedagógico. Esse modelo passou a ser contra-hegemônico ao da saúde ocupacional e da medicina do trabalho, que era e continua sendo uma saúde a mando do capital, a mando do patrão. No Brasil, o médico de trabalho e o engenheiro de segurança são empregados do patrão, se falarem alguma coisa que não interessa ao patrão, tchau e benção. A gente tem milhares de histórias de médicos e engenheiros que são demitidos porque se contrapõem a medidas que podem levar à doença e acidentes. A Reforma Sanitária Brasileira foi profundamente inspirada na Reforma Sanitária Italiana, que se baseou em duas grandes lutas pela saúde: a luta antimanicomial, pela Reforma Psiquiátrica, e a luta pela Saúde do Trabalhador. Isso é para entender que, quando chega o processo constituinte no Brasil, a Saúde do Trabalhador entra com uma marca contra-hegemônica profunda contra a saúde ocupacional, que é profundamente enraizada até hoje na Previdência Social e no Ministério do Trabalho.

> A GENTE QUER QUE, QUANDO VOCÊ TIVER ALGUM ACIDENTE DE TRABALHO, ALGUM ADOECIMENTO, **ISSO SEJA TRANSFORMADO NUMA QUESTÃO DE VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO NAQUELE LUGAR**

EM VÁRIOS TEXTOS, VOCÊ CITA A MEDICINA DO TRABALHO, A ENGENHARIA DE SEGURANÇA E A SAÚDE OCUPACIONAL COMO ÁREAS TÉCNICAS QUE TERIAM RELAÇÃO COM A SAÚDE DO TRABALHADOR MAS SERIAM INSUFICIENTES PARA PROTEGER A SAÚDE E, PORTANTO, DEVEM ESTAR SUBORDINADAS A ELA. POR QUÊ?

O que está em jogo aí é o contrato. É como eu falei: assim como você tem o contrato para a questão salarial, para a folga semanal, para a jornada de trabalho, você tem o contrato para a saúde. Quem dita o contrato para a saúde é a norma de saúde e segurança do trabalho, que é a Norma Regulamentadora, a NR. As NRs têm muitos problemas. Primeiro que elas jamais darão conta da complexidade da saúde. Como é que você vai colocar a questão da subjetividade humana numa NR? Você não consegue alcançar a plenitude da saúde do ponto de vista mais holístico, como direito maior, a questão da integralidade, a questão não só da universalidade, mas também da equidade. Então, o contrato é, *a priori*, restritivo. Ele é importante, mas tem que ser ampliado. Na Reforma Trabalhista, por exemplo, ao invés de ser ampliado, ele foi restringido. A norma contratual fica muito sujeita a questões de governo. Ela não é uma política de Estado – é diferente de quando um Estado Democrático de Direito tem uma regra [da Saúde do Trabalhador como] Direito Humano, que está acima de um contrato. Nesse caso, independentemente do contrato, que deve ser honrado e cumprido, você tem um outro tipo de 'contrato', que é o do Direito Humano, com o Estado Democrático de Direito. É preciso, então, um outro ordenamento jurídico. Tudo aquilo que está dentro da saúde ocupacional está regulamentado pelo contrato. No caso da saúde ocupacional, você tem uma Norma, a NR4, que é sobre o serviço especializado de segurança e medicina do trabalho, mas esses caras só fazem exame admissional e periódico, não saem nem do consultório. Exceções sempre tem, mas são raras. E quem não tem o contrato, como é que faz? Qual a regulação possível numa sociedade que hoje tem um percentual tão grande de trabalho não regulamentado? Aqui entra a questão da interseccionalidade [leia mais na edição 92 da Poli], porque se precisa de um estatuto vinculado às pautas de lutas pelos Direitos Humanos. As pautas antirracistas já tinham legislações anteriores – a Lei Afonso Arinos que tem mais de 70 anos, o Código Penal, que fala de injúria e difamação... Mas isso não é suficiente. Você tem que buscar ordenamentos jurídicos que calquem mais profundamente na questão do Direito Humano. E foi o que [nas lutas identitárias] aconteceu: hoje você tem uma lei antirracista; a questão da homofobia tem uma lei similar; existe a lei Maria da Penha... Veja só, esse ordenamento não é contratual. O contrato é com o Estado, não com o patrão. Não vai para um acordo coletivo. Essa é a questão que a gente está discutindo hoje. A gente quer que a Saúde no Trabalho suba de ordenamento jurídico. O que a gente pretende nessa conferência é começar a discutir a mudança de patamar jurídico, a mudança do paradigma [da Saúde do Trabalhador], como foi na 8ª Conferência Nacional de Saúde. A 8ª mudou o paradigma da saúde no Brasil e a gente está chamando essa 5ª [Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora] de 8ª da Saúde do Trabalhador.

NOS SEUS TEXTOS E NO PRÓPRIO DOCUMENTO ORIENTADOR DA 5ª CNST, FALA-SE SOBRE O VALOR SIMBÓLICO DA SAÚDE DO TRABALHADOR COMO DIREITO HUMANO. MAS, PARA ALÉM DA SIMBOLOGIA, QUE EFEITOS PRÁTICOS - JURÍDICOS, LEGAIS - ESSA MUDANÇA PODERIA CAUSAR? QUAIS SERIAM OS PRÓXIMOS PASSOS?

Esse é o grande desafio. A primeira coisa é discutir isso, porque as pessoas não sabem bem do que se trata. Quando a gente fala em valor simbólico, é o seguinte: o trabalhador, quando adoece, é culpabilizado pela sua doença. Por que não se cuidou? Por que não usou o equipamento direito? Por que foi negligente? Por que foi imperito? Se for acidente, então... A chamada culpabilização da vítima é uma regra. É tão gritante a perversidade que, no início do século 20, a saúde ocupacional inventou uma coisa chamada 'ato inseguro', a ideia de que quando a pessoa adoece ou se adoenta, ela comete um ato inseguro. Se você pirou, também. Essa expressão hoje está sendo banida mas, mesmo assim, tem muita gente que usa. Eu fiz durante 40 anos fiscalização de empresas e vi que o embate é muito forte. Onde é que entra o valor simbólico? Se você coloca a Saúde do Trabalhador como Direito Humano, isso é demolido imediatamente. O simbolismo de culpabilização da vítima é perverso, de transferência da culpa do opressor para o oprimido. A gente quer que, quando você tiver algum acidente de trabalho, algum adoecimento, isso seja transformado numa questão de violação do Direito Humano naquele lugar. A Constituição tem um artigo que eu acho muito sacana. É o artigo 7º, que diz que o empregador, quando

for comprovado que tem dolo ou culpa num acidente, estará sujeito a pagar uma indenização [ao trabalhador]. Então, o próprio simbolismo constitucional é [no sentido de] mercantilizar a culpa do cara e fazê-lo pagar uma multa. E ele não paga nunca. O próprio simbolismo constitucional é perverso. É como se uma pessoa que matou outra por ser preta tivesse que pagar uma multa! A questão simbólica é um pouco essa. Isso não vai mudar de um dia para a noite, mas a gente precisa começar a discutir.

A NOÇÃO DE DIREITO HUMANO SUBSTITUI A DE DIREITO TRABALHISTA?

Eu acho que eles se complementam. O contrato é muito importante para nós. É o contrato que garante, por exemplo, que a gente tenha uma jornada determinada, férias, folgas. É fundamental, embora o contrato muitas vezes seja desfavorável. A gente, inclusive, está pensando em levar para a conferência o aprimoramento da legislação trabalhista e da legislação previdenciária. Mas o Direito Humano supera o contrato, adiciona ao contrato. Porque a infração ao contrato está dentro do próprio contrato. A vida e a morte são inegociáveis, elas não são passíveis de contrato. O adoecimento, a subjetividade, o enlouquecimento, o assédio moral, o assédio sexual: nada disso está vinculado ao contrato, vai além. Então, a gente precisa ter o contrato mas ir além dele com um ordenamento jurídico que seja capaz de colocar o contrato na rota de um Direito Humano que ele não prevê.

VOCÊ COSTUMA DIZER QUE A LUTA PELO TRABALHO DECENTE NÃO É SUFICIENTE. POR QUÊ? E EM QUE MEDIDA A PERSPECTIVA DA SAÚDE DO TRABALHADOR COMO DIREITO HUMANO SINALIZA ESSA INSUFICIÊNCIA?

O trabalho decente é eufemismo para dizer que a OIT regulamenta internacionalmente o trabalho indecente. Porque se a gente está propondo um trabalho decente, é porque reconhece que o trabalho é indecente. A OIT, em 2023, soltou uma estatística oficial de que no mundo há uma morte [por doença ou acidente de trabalho] a cada 15 segundos. Aí o cara vai dizer assim: ah, precisamos fazer trabalho decente. Trabalho decente vai ser o quê? Diminuir de 15 segundos para 20, 30 segundos, um minuto [o intervalo de morte pelo trabalho]? O tripartismo [forma de tomada de decisões da OIT, com representação de empregadores, empregados e governos] é a desgraça da evolução da saúde e do trabalho. Porque você colocou no Estado os capitalistas e coloca os patrões e os trabalhadores para serem as outras partes do tripartismo que vai decidir. É botar um boxer contra dois no ringue. Na primeira reunião que teve [da OIT] sob o tripartismo, o Brasil mandou uma comissão de governo, uma comissão de representantes das indústrias e a representação sindical. Os representantes do governo brasileiro eram todos industriais. Isso é o tripartismo. Agora, é difícil falar isso para alguém de sindicato, que faz parte das comissões tripartites no Brasil. Essa discussão da Saúde do Trabalhador como Direito Humano é muito complicada porque a gente vai enfrentar não só o obstáculo corporativo do Ministério do Trabalho, mas também das corporações sindicais.

> TRABALHO DECENTE VAI SER O QUÊ? DIMINUIR DE 15 SEGUNDOS PARA 20, 30 SEGUNDOS, UM MINUTO **[O INTERVALO DE MORTE PELO TRABALHO]?**

O BRASIL OCUPAVA O QUARTO LUGAR NO *RANKING* MUNDIAL DE ACIDENTE DE TRABALHO. QUE MEDIDAS PODEM SER TOMADAS PARA REVERTER ESSE QUADRO NO ORDENAMENTO JURÍDICO QUE A GENTE TEM HOJE, NACIONAL E TRANSNACIONAL? E COMO É QUE ESSE ESFORÇO DE RECONHECER A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO DIREITO HUMANO PODE AJUDAR?

É muito difícil, mas a gente tem um plano já antigo: Vigilância. Por exemplo, se lembra do 'Mal da Vaca Louca'? E agora tem a gripe aviária. O que é feito? Vigilância Sanitária. Então, se tem trabalhadores morrendo num determinado setor econômico, num determinado local, o que você tem que fazer? Tem que ir lá e investigar. Hoje a mortalidade materna é muito menor do que já foi porque, se morre uma mulher de parto, imediatamente você tem uma tropa de elite para investigar o que aconteceu. Isso é um dos caminhos. É fácil? Não. Por quê? Primeiro porque a Vigilância Sanitária não assumiu a Saúde do Trabalhador no Brasil. Ela se omite e, com isso, contraria a Constituição. Por que a Vigilância Sanitária assume a morte materna e não assume a morte de um peão que cai da obra? Agora, por exemplo, estão criando comitês de investigação de óbitos no trabalho. Já é um avanço, mas não é suficiente. A gente vê isso o tempo todo: o cara morre, [a empresa] bota outro no lugar. O comitê de investigação serve para ir lá e dizer: 'Não, aqui você não vai botar outro no lugar. Você vai mudar esse lugar porque ele não pode ser assim'. É igual o comitê de investigação de óbito materno: se tem infecção hospitalar, você não vai deixar para lá, você vai interditar o local. Agora, não adianta só ir ali naquela obra porque lá caiu um cara, ou na padaria porque alguém cortou a mão... No Brasil, o número oficial de mortes por dia é de três a cada quatro horas. Então, tem que ter intervenções de impacto. Não adianta só pegar o seu Zezinho ali da padaria, tem que pegar os grandes conglomerados econômicos. Se tem um problema num supermercado, você tem que fiscalizar todos os supermercados daquela região. Se, por exemplo, as meninas do caixa de um supermercado estão tendo que usar fralda porque não podem ir ao banheiro, não basta você ir ao supermercado de São João de Meriti [município da Baixada Fluminense], tem que fazer no atacado. Isso é planejamento de vigilância, fundamental para pensar o país do ponto de vista de um modelo preventivista.

ALÉM DOS ACIDENTES E MORTE NO TRABALHO, EXISTEM OUTROS INDICADORES RELEVANTES PARA SE IDENTIFICAR O ESTADO DA RELAÇÃO SAÚDE-TRABALHO NO BRASIL?

O sofrimento mental hoje é enorme. E ainda bem que isso está tendo uma repercussão grande, que as pessoas estão falando disso, verbalizando e reconhecendo o problema no colega. É o assédio, é a sobrecarga, é uma epidemia que a gente tem hoje. Mas isso é consequência, a gente tem que resolver a causa.

EMBORA O BRASIL VENHA AUMENTANDO O NÚMERO DE EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA, OS DADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DESTE ANO MOSTRAM QUE POUCO MAIS DE 38% DA POPULAÇÃO AINDA VIVE NA INFORMALIDADE. COMO O RECONHECIMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR COMO DIREITO HUMANO PODE ATINGIR ESSE CONTINGENTE?

Todos os trabalhadores têm algum tipo de vinculação com algum tipo de comprador, mesmo quem produz alguma coisa no fundo do quintal da casa, mesmo quem trabalha com plataforma, aplicativo ou como microempreendedor. A não ser o camelô, que não tem muita vinculação, mas mesmo assim tem com o poder público. Como é que você vai regular isso? Só tem um jeito: Direito Humano. O cara que trabalha para uma plataforma digital vai estar regulado por uma legislação que entende que você precisa respeitar o Direito Humano dele. Aqui é que entra aquela referência ao artigo 7º da Constituição: se for provado dolo ou culpa, vai pagar indenização? Não. Vai seguir o novo ordenamento jurídico. Pode até pagar a indenização, mas vai ter uma outra forma [de responsabilização]. Está lá no Congresso sendo discutida a regulamentação dessas plataformas [leia mais na edição 95 da Poli]. Qual ordenamento jurídico vai tratar disso? Eu acho que pode ser um ordenamento novo, ou mesmo aquele que já existe, do Direito Humano.

MAS NO CASO DAS PLATAFORMAS, A GRANDE QUESTÃO É ELAS DIZEREM QUE NÃO EXISTE VÍNCULO, QUE SÃO APENAS FACILITADORAS DO CONTATO DOS PROFISSIONAIS COM OS USUÁRIOS. AINDA ASSIM, ESSE RECONHECIMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR COMO DIREITO HUMANO PODE CONTRIBUIR PARA MELHORAR ESSA SITUAÇÃO?

Eu acho que sim. Porque, por exemplo, se eu andar na rua e xingar uma pessoa de macaco porque ela é preta, mesmo não existindo contrato nenhum – eu não trabalho para ela nem ela trabalha para mim –, vou responder por aquilo. Se o cara trabalha para uma plataforma e foi obrigado a fazer uma entrega [que causou algum dolo] e isso for comprovado, essa é uma infração de Direito Humano e ela vai pagar por isso. Enfim, a nossa questão é acolher a garotada que está morrendo. São meninos de 20, 25 anos. Se você vir os acidentados do trabalho, a média [de idade] é essa. De bicicleta, moto...

EXISTEM DESAFIOS ESPECÍFICOS DA SAÚDE DO TRABALHADOR EM RELAÇÃO AOS TRABALHADORES DA SAÚDE?

Os trabalhadores da saúde sofrem tanto quanto os trabalhadores em geral. Eu acho que a puxada para os trabalhadores da saúde para fazer o debate sobre a Saúde do Trabalhador como Direito Humano desvia o foco. Vira uma pauta corporativa. Trabalhador da saúde tem que ser visto? Claro. E o da construção civil, não? A gente está discutindo Saúde do Trabalhador como Direito Humano em geral, inclusive com os trabalhadores da saúde.

O QUE VOCÊS ESPERAM DESSA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA? EM QUE MEDIDA ELA DEVE MARCAR DIFERENÇAS EM RELAÇÃO ÀS EDIÇÕES ANTERIORES?

Deve ser uma mudança de paradigma. Se a gente conseguir entender a Saúde do Trabalhador não mais como uma questão trabalhista, previdenciária, sanitária, ambiental, eu acho que já seria um grande ganho. Eu acho que a gente tem que ter cuidado com a expectativa das pessoas, mas tem que estar preparado para mobilizar, explicando, afinal, do que se trata. Quando a gente fala de Saúde do Trabalhador, estamos falando de quê? A primeira pergunta pode ser direta: você é contra que a saúde laboral seja um Direito Humano? O trabalhador ter uma condição de não adoecer nem morrer no trabalho: você é contra isso? Ninguém vai ser contra. É começar a pensar que temos que ter um direito que seja mais evoluído. Quer ver um exemplo claro? O [combate ao] trabalho escravo não lida com a legislação trabalhista nem previdenciária nem sanitária. Ele trabalha com convenções internacionais. O trabalho [se baseia no] Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, no Código Civil, no Código Penal. Você já trabalha com outros estatutos que não são aqueles da [legislação] trabalhista. Por que o cara que morre no trabalho por uma negligência [tem que ser tratado] por uma NR [Norma Regulamentadora]? Mas essa mobilização não é fácil. E a gente tem que ter muita paciência quando as pessoas chegarem lá [na Conferência] com suas angústias e necessidades, querendo tratar do problema do garoto que perdeu a perna [no trabalho], foi para a fila do INSS e não resolveu. Eu tenho muita tranquilidade porque sei que isso não é para já. Lembra da música do Chico [Buarque] que diz que "nada é pra já"? [A música se chama 'Futuros Amantes' e o trecho referido diz: 'Não se afobe não, que nada é pra já...']. Então, eu estou com o Chico: nada é para já, mas se a gente começar a falar, um dia a gente se encontra lá.

E QUAL O PAPEL DO SINDICALISMO NESSA LUTA?

Uns 20 anos atrás, uma pesquisadora chamada Diana Antoniazzi, junto com um antropólogo chamado José Sergio Leite Lopes, da UFRJ, escreveu um texto sobre os desalentados do trabalho que dizia que o sindicalismo brasileiro era muito burocrático, negocial, administrativo. Ele cuida de dinheiro, do salário mas não cuida do seu rebanho. O sindicalismo brasileiro não tem banco de dados, não sabe quantos trabalhadores adoecem... É uma coisa meio arcaica. E eles escreveram nesse texto, que é muito importante, o seguinte: por exemplo, os bancários que tiveram LER/DORT, lesão por esforço Repetitivo muito grave, para os quais o sindicato não dava bola, faziam o quê? Se organizavam em associações de LER/DORT. Há associações de expostos ao amianto, expostos à sílica e por aí vai. Esses caras o sindicato não atinge, eles fazem um caminho por fora. Eles vão lutar não só por aqueles direitos que são trabalhistas, mas vão também judicializar as suas questões. Então, nessa perspectiva do Direito Humano, o sindicalismo teria que rever essas práticas, ter uma relação com as suas bases em relação ao adoecimento, [saber] quem é que está morrendo. Se o cara morreu, eles têm que ir lá visitar a família. Tem que ver o que foi feito, bater em cima da empresa. Essa é uma discussão muito problemática, porque o sindicalismo hoje está combalido, não tem grana por causa da reforma [trabalhista], mas a gente tem que levar isso adiante. Outra coisa é que o sindicalismo tem que discutir as questões identitárias. No movimento sindical, grande parte são pessoas negras, são poucas mulheres, mas tem. Mas eles não discutem as questões das mulheres, as questões LGBTQIA+, as questões do racismo. E isso tem que ser revisto nessa discussão da Saúde do Trabalhador como Direito Humano. E, por outro lado, os movimentos identitários têm que discutir trabalho. Muitas vezes a luta de classe é abolida na discussão das lutas identitárias. E isso é um problema. Porque aí você passa a ter um inimigo que não é visível. O inimigo é todo mundo: é a sociedade, é o machismo estrutural, mas cadê o capital? Então, eu acho que, na questão da interseccionalidade, a gente tem que chamar os movimentos identitários para se juntarem com o movimento sindical e começarem a bater a cabeça para chegarem a um ponto comum.

UMA SEMANA QUE PRECISA ACABAR MAIS CEDO

Redução da jornada está relacionada ao aumento de produtividade e geração de empregos

JULIANA PASSOS

VALTER CAMPANATO / ABR

Acordar cedo para o trabalho seis dias por semana e cumprir uma jornada de oito horas de segunda a sexta-feira e mais meio período no sábado. Isso quando não é preciso chegar mais cedo para cobrir algum colega que ficou doente, teve um acidente doméstico ou precisou estar com o filho em casa. Essa jornada aumenta com a necessidade de passar mais de duas horas no transporte público lotado e no trânsito para ir e voltar do trabalho. Nessa rotina, falta tempo para cuidar da casa, ficar com os filhos, ter momentos de lazer com a família e amigos e mesmo avançar nos estudos, cursar uma faculdade. Foi em reação a essa realidade vivida por grande parte da população brasileira que nasceu o Movimento VAT, Vida Além do Trabalho, que impulsionou uma das maiores mobilizações sociais dos últimos tempos em torno de uma pauta trabalhista: o fim da escala 6X1. "Existe diálogo com sindicatos e centrais sindicais sim, mas o VAT não nasceu dentro dessas estruturas. Ele nasceu da base, do chão da farmácia, do caixa do supermercado, do balcão da loja. É um movimento construído por e para trabalhadores que decidiram dizer: 'nossa vida vale mais do que só trabalhar'", explica Rick Azevedo, criador do Movimento VAT e vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Nas redes sociais não faltam desabafos sobre essa rotina extenuante – e boa parte dessas manifestações foi impulsionada por um vídeo gravado por Rick Azevedo em setembro de 2023, que rapidamente viralizou. "Quando é que nós, da classe trabalhadora, vamos fazer uma revolução nesse país relacionada à escala 6x1? Gente, é uma escravidão moderna. Moderna, não: ultrapassada", diz o ex-balconista de farmácia e hoje vereador pela cidade do Rio de Janeiro no vídeo. Mas a fama não se limitou a uma postagem e, em poucos meses, o desabafo havia saído da rede para o Congresso e para as ruas. Azevedo não esperava por tamanha repercussão, mas entende o apelo da reivindicação. "Eu acho que quando a pauta toca no que é mais humano, ela rompe bolhas. A jornada de trabalho afeta todo mundo. Quem é de esquerda, de direita, quem nem sabe o que é isso — todo mundo sente na pele. Não é à toa que até quem não costuma se envolver com política está assinando [o abaixo assinado], está debatendo [o fim da escala 6x1]. O povo entendeu que descanso não é luxo, é direito. E isso assusta quem se acostumou a ver o trabalhador só como mão de obra barata", analisa.

YAN KRUKOV / PEXELS

O professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes concorda. "A jornada 6 X 1 é expressão de um momento em que a nossa tecnologia tinha um patamar inferior, só que a tecnologia ultra-avançada de hoje atende aos imperativos do grande processo de acumulação: não visa ao bem-estar da humanidade e muito menos da classe trabalhadora", diz. E é por isso que ele defende que é preciso aproveitar a mobilização em torno dessa luta para reivindicar uma redução maior da jornada e da escala de trabalho: "Todos os estudos de tecnologia mostram que a produtividade na indústria automobilística, no setor bancário e no comércio aumentou poderosamente com o incremento tecnológico. Ao lutar por uma escala 5x2, é muito provável que se mantenha a 6x1", alerta, argumentando que a demanda deve ser, no mínimo, de uma escala 4X3.

Esse é também o salto que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 8/2025, apresentada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-RJ) como decorrência da popularidade que a pauta ganhou, pretende dar. O texto, que quando esta edição foi fechada aguardava análise da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara para ser colocada ou não na pauta, prevê a adoção de uma escala 4X3, ou seja, uma jornada de trabalho de quatro dias por semana, com direito a três de descanso e carga horária de oito horas diárias, estabelecendo que o total semanal não poderá ultrapassar 36 horas – 32 horas da escala regular acrescidas de um máximo de quatro horas extras semanais. Em paralelo, tramita na outra Casa legislativa uma PEC mais antiga sobre o mesmo tema, de autoria do senador Paulo Paim (148/2015). A proposta foi desarquivada em março de 2023 e desde abril deste ano, está sendo objeto de uma série de audiências públicas. Apesar de partir de uma preocupação comum, há algumas diferenças entre as propostas: enquanto o texto proposto por Hilton fala em carga horária de 36 horas semanais em uma escala de quatro dias trabalhados e três de descanso, a PEC 148, de Paim, prevê uma mudança imediata para 40 horas e outra gradual para 36, sem que o número de dias trabalhados esteja estipulado. "O importante é garantir 36 horas. E nós temos que ir por partes. Tanto que ninguém acha que nós vamos chegar de um momento para outro nas 36 horas, mas acreditamos que passamos de 44 para 40 horas semanais", explica o senador.

A deputada Erika Hilton considera possível prever mecanismos de transição, em especial para as pequenas empresas conseguirem se adequar. No entanto, ela não abre mão da redução da escala como parte da diminuição da jornada. "Com a pressão da PEC sobre as grandes empresas, cujos custos de pessoal representam porcentagens pequenas de seu faturamento e custos totais, o que teremos é uma expansão do mercado de trabalho formal, e, por consequência, dos consumidores dessas pequenas empresas", afirma. Para o senador Paulo Paim, o importante é garantir a redução da carga horária. "O importante é garantir 36 horas. E nós temos que ir por partes. Tanto que ninguém acha que nós vamos chegar de um momento para outro nas 36 horas, mas acreditamos que passamos de 44 para 40 horas semanais", diz. Já o vereador Rick Azevedo não vê possibilidade de flexibilização da proposta já apresentada pela PEC 8/2025. "A gente não quer uma redução simbólica e nem rebaixamos a pauta. A [escala] 5x2 ainda é muito pesada, especialmente para quem trabalha em pé, com atendimento direto, sem ar-condicionado, sem pausas. O movimento vai seguir firme pela 4x3", conclui.

Em comum, os proponentes das duas PECs sobre o tema que tramitavam até o fechamento desta revista tinham a previsão de que, além de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, a redução da jornada deve gerar um aumento de três a seis milhões de postos de trabalho, já que as empresas precisariam abrir vagas para não interromperem seus horários de funcionamento, o que também mobilizaria positivamente a economia como um todo.

Uma estimativa realizada por pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calcula que 78 milhões de brasileiros trabalham em jornadas superiores a 36 horas semanais. Para a coordenadora deste estudo, a professora Marilane Teixeira, o alcance da proposta vai depender da mobilização fora das redes, onde já foi muito bem. "A adesão ao fim da escala 6x1 precisa ir para as ruas. Porque essa é uma manifestação concreta de que, de fato, a gente pode incidir nesse debate nacionalmente", diz.

Quem defende a escala 6X1?

Entre aqueles que têm se posicionado publicamente de forma contrária à redução da jornada estão as Confederações Nacionais do Comércio (CNC) e da Indústria (CNI) e algumas confederações estaduais da indústria e alguns parlamentares. O principal argumento é que os empresários brasileiros não teriam como arcar com os custos dessa redução de jornada – tendo que contratar mais, por exemplo – e que, consequentemente, essa mudança geraria impactos negativos na economia. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) divulgou em abril de 2025 um estudo segundo o qual, na melhor das hipóteses, a mudança na jornada e na escala levaria a uma queda de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, à redução de 16 milhões de postos de trabalho e a uma perda de R$ 428 bilhões de massa salarial na economia como um todo.

Presente na discussão da Constituição de 1988, quando estava em pauta a redução da carga horária de 48 para 40 horas semanais, o hoje senador Paulo Paim (PT-RS) e autor de diversas proposições em favor da redução de jornada, diz que os argumentos em relação à queda de produtividade e incapacidade das empresas aumentarem os custos com folhas de pagamento se repetem. "Nada disso aconteceu. Inclusive, no primeiro governo Lula chegamos a uma taxa de desemprego de 5%, coisa que nunca tivemos antes", recorda.

Apesar da grande adesão que essa luta ganhou nas redes e nas ruas, não faltou também a alegação – feita, por exemplo, pelo deputado Gilson Marques (Novo-SC) numa entrevista à TV Câmara – de que os funcionários têm o 'direito' de 'querer' trabalhar mais horas. Antes mesmo da publicação deste estudo já havia na Câmara uma articulação encabeçada pelo vice-líder da oposição, deputado Maurício Marcon (Podemos-RS), para apresentar uma proposta contrária à redução

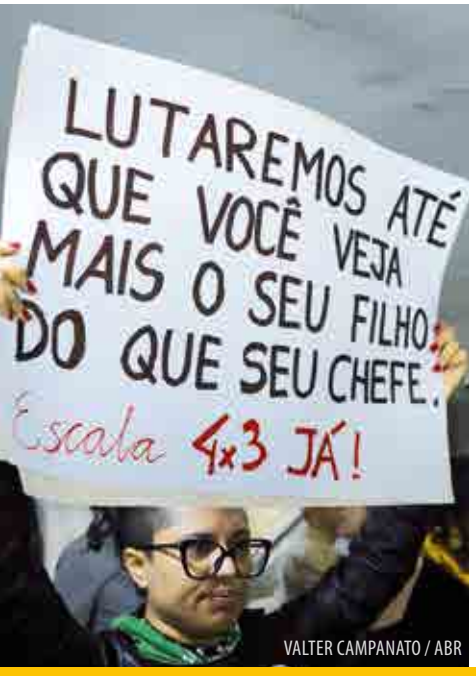
Supermercado fechado em 30 de outubro, quando é comemorado o dia do comerciário

TOMAZ SILVA / ABR

da escala 6x1, que ficou conhecida como 'PEC da Alforria'. O texto, que até o fechamento desta edição não tinha sido protocolado na Câmara, prevê a manutenção das 44 horas semanais e possibilita acordos entre trabalhadores e empregadores sobre a forma como a jornada será cumprida. Procurado pela reportagem, o deputado não respondeu ao pedido de entrevista. Em suas redes sociais, outros parlamentares também têm se manifestado de forma contrária à redução da jornada, entre eles o deputado mais votada na última eleição, Nikolas Ferreira (PL-MG). Como mostrou reportagem da Folha de S. Paulo de 13 de novembro de 2024, no entanto, muitos dos seus eleitores demonstraram insatisfação com esse posicionamento.

Jornadas de trabalho pelo mundo e custo de contratação

Na linha de frente contra o fim da escala 6X1, o estudo produzido pela Fiemg projeta um futuro catastrófico, de redução do PIB e de faturamento das indústrias em R$ 2,9 trilhões, caso a PEC proposta pela deputada Erika Hilton seja aprovada. O documento, no entanto, considera que essas mudanças gerarão um aumento de no máximo 1% na produtividade – um pessimismo que contraria vários outros estudos e experiências de redução de jornada de trabalho pelo mundo afora.



VALTER CAMPANATO / ABR

Iniciativas da empresa de consultoria *4 Day Week Global*, por exemplo, têm mostrado que a adoção da jornada 4x3 não só aumenta a produtividade e o faturamento das empresas, como melhora a saúde dos trabalhadores. Em abril de 2025, a organização divulgou o experimento realizado com 21 empresas, em que a média trabalhada era de 42 horas e que passaram a adotar 36 horas, distribuídas em quatro dias. O resultado foi a manutenção da quantidade de trabalho e uma produtividade 70% maior.

Segundo dados divulgados pela consultoria *Conference Board* em 2024, o Brasil ocupa a 78ª posição num *ranking* de produtividade que inclui 131 nações, atrás de países como Uruguai (48º), Argentina (56º) e Chile (59ª). Enquanto o trabalhador brasileiro produz 21 dólares por hora e trabalha uma média de 39 horas por semana, o trabalhador canadense produz 68 dólares no mesmo período e trabalha em média 32 horas.

Ao observar os índices de produtividade brasileiros, Ricardo Antunes acrescenta outro elemento à análise. Ele ressalta que, diferente de nações como a China, que também tiveram uma industrialização tardia como o Brasil, o país não investiu em tecnologia, nem na educação dos trabalhadores. De acordo com dados da própria CNI, no documento 'Competitividade Brasil 2023-2024', o país ocupa a 15ª posição em um *ranking* de 18 no quesito desenvolvimento produtivo, inovação e tecnologia. E o último em relação à educação. De acordo com o professor da Unicamp, o caso da China é particularmente diferente porque, além do investimento massivo na indústria, também houve fomento à educação na segunda metade do século 20. "Nas primeiras três, quatro décadas da Revolução Chinesa, houve um processo massivo de escolarização e foi possível formar a classe trabalhadora chinesa e alcançar o alto padrão tecnológico existente no país asiático", compara. Lembrando, portanto, que o Brasil investe pouco na qualificação dos trabalhadores, ele ressalta que esse é um fator que deve ser considerado quando se fala em baixa produtividade "sob o ponto de vista da rentabilidade do capital".

Outro argumento recorrente dos empresários é de que o custo do trabalhador brasileiro é muito elevado, o que impediria novas contratações para compensar a redução da escala. Mas, de acordo com o relatório de 2022 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apesar de trabalharem mais horas, os brasileiros têm um salário mais baixo do que os dos países mais avançados. Nesse levantamento, que inclui 31 países, o Brasil está em penúltimo lugar, com um custo de 5,2 dólares a hora, à frente apenas do México, onde a hora paga é 3,3 dólares. No topo desta tabela está Luxemburgo com 27,7 dólares a hora, seguido de Holanda (26,2) e Austrália com (25). Por outro lado, o Brasil tem uma média anual de 1,9 mil horas trabalhadas, enquanto em Luxemburgo são 1,3 mil. Isso significa cerca de 600 horas ou 75 dias a menos de trabalho em uma jornada de oito horas diárias.

Ricardo Antunes explica que essa diferença de carga horária tem justificativas históricas. Em primeiro lugar, boa parte dos países de primeiro mundo tiveram seu desenvolvimento industrial ainda no século 19 e a evolução dessa industrialização foi acompanhada por uma legislação trabalhista. Isso leva a uma maior preservação de direitos nos países do norte global, embora ele lembre que isso não vale para todos. "Os imigrantes ilegais cumprem as jornadas mais exaustivas nesses países", ressalta.

Mas essa desigualdade no cumprimento da carga horária fica ainda mais evidente quando comparamos diferentes partes do mundo. Um artigo intitulado *'Unequal exchange of labour in the world economy'* ('Troca desigual de trabalho na economia mundial', em tradução livre), publicado na revista *Nature* em 2024, concluiu que os trabalhadores do sul global, que são em maior número e trabalham mais horas, são responsáveis pela produção de 90% dos bens. No entanto, seu salário representa cerca de 20% do valor destinado aos trabalhadores do norte em cargos equivalentes. Antunes explica que essa desigualdade reflete uma divisão internacional do trabalho, que reserva lugares diferentes para os países do centro e da periferia do capitalismo. Historicamente, diz, os trabalhadores nos países mais ricos conseguiram aprovar legislações com maior proteção e maior valor salarial, mas esse movimento também levou as empresas a transferirem suas fábricas para locais em que o custo de produção fosse mais barato, como a Índia, a China, Brasil e o México. "Por que as empresas, como as norte-americanas, por exemplo, preferem se instalar no México? Porque é mais barato e há menos barreiras

legais", ilustra Antunes e completa "Isso torna a luta pela redução da jornada de trabalho nos países do sul global vital. Porque no caso brasileiro e de tantos outros países, o capitalismo foi constituído com base na escravidão. E essa chaga você não elimina facilmente".

Excesso de horas trabalhadas

A partir dos dados do terceiro trimestre de 2024 publicados pela Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio Contínua (PNADc), pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp calcularam que 75% da população ocupada cumpre uma carga horária maior do que 36 horas semanais – limite previsto pela PEC 8/2025 –, embora neste contingente de 103 milhões de pessoas, apenas 37% tenham vínculo formal e, portanto, seriam diretamente beneficiadas por uma redução de jornada. A nota técnica produzida pelas pesquisadoras explica que não há dados que discriminem a escala cumprida, apenas a carga horária, por isso, a relação com a jornada é feita a partir de exemplos de algumas categorias de trabalhadores. Entre as categorias que cumprem jornadas superiores a 44 horas semanais, de acordo com esses dados, que não fazem distinção entre formais e informais, estão aqueles que trabalham com transporte, armazenagem e correio, seguidos dos que estão nos serviços de alojamento, alimentação, comércio e serviços de reparação de carros e motos. Os homens negros têm um maior percentual de sobrecarga (36%), seguido pelos homens brancos (29%). As mulheres negras e brancas estão em índices próximos: 17% e 15%, respectivamente.

Um dos indícios da insatisfação desses trabalhadores com essas longas jornadas são, segundo as pesquisadoras do Cesit, os números sobre pedidos de demissão. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que registra apenas os trabalhadores formais, a média nacional de demissões 'voluntárias' em 2024 foi de 36%. Mas algumas categorias que costumam estar submetidas à escala 6X1 estão acima dessa média: 38,5% para vendedores, 47,2% para operadores de caixa, 42,9% para atendentes de lojas e mercados, 46,2% para repositores de mercadorias (46,2%) e 55,7% para operadores de telemarketing. De acordo com a nota técnica, além de expressar uma grande insatisfação entre os trabalhadores da escala 6x1, esse movimento é realizado especialmente pelos jovens e motivado por um mercado aquecido.

Responsável pela nota técnica do Cesit, a professora da Unicamp Marilane Teixeira atribui ao estresse e à exaustão mental pelo menos parte dos mais de oito milhões de pedidos de demissão registrados em 2024. "É claro que as pessoas estão insatisfeitas com essa condição, e isso alimenta o sistema de rotatividade", diz. E ela acrescenta que o prejuízo não é apenas para os trabalhadores, já que a alta rotatividade também gera um custo a mais para as empresas com contratação e treinamento – um diagnóstico reconhecido pela Confederação Nacional das Indústrias em documento publicado em 2023. "A rotatividade da mão de obra tem impactos negativos sobre os níveis de produtividade, pois desestimula os investimentos em capacitação e reduz o comprometimento do trabalhador com o desempenho da empresa a longo prazo".

O ex-comerciário e hoje vereador pela cidade do Rio de Janeiro que criou o Movimento Vida Além do Trabalho concorda. "O setor do comércio é um dos que mais concentra jornadas exaustivas, alta rotatividade e adoecimento relacionado ao trabalho. A mudança da escala nesses casos não é só possível, é necessária. Não dá para normalizar um modelo que se sustenta com base em sobrecarga e desgaste físico e mental de quem está na linha de frente", avalia Rick Azevedo, que acrescenta: "A adoção da escala 4x3 pode trazer impactos positivos, inclusive no funcionamento desses setores, com trabalhadores mais saudáveis, menos afastamentos e maior estabilidade nas equipes. O que precisa mudar é a lógica de que o funcionamento ininterrupto [dos serviços] justifica a exploração contínua".

Dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (SmartLab) mostram que os trabalhadores do comércio estão entre as categorias com o maior número de afastamentos por saúde mental pelo INSS. Em 2024, foram 36,3 mil, pouco acima dos 29,3 mil trabalhadores afastados da administração pública em geral e dos trabalhadores em atividades e atendimento em hospital: 23,1 mil. "Produtividade não é só tempo de trabalho, é também saúde, concentração e qualidade de vida. Um trabalhador descansado rende mais, falta menos e comete menos erros", argumenta Azevedo, que defende a redução da escala como forma de aumentar o tempo de descanso dos trabalhadores para que, entre outras coisas, eles possam cuidar da sua saúde. "O *burnout* [estresse crônico relacionado ao trabalho] está se tornando uma realidade constante, não mais restrita às áreas consideradas de alto *stress*, como o magistério, a saúde, o setor bancário e etc, está se tornando generalizado", completa Erika Hilton.

Histórico de redução da carga horária

A redução das horas trabalhadas sem redução de salário sempre esteve no horizonte das reivindicações dos trabalhadores organizados no Brasil, ainda em baixa intensidade nos últimos anos. A memória mais recente de luta ampla por essa pauta ocorreu ainda no primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha entre as propostas a valorização do salário-mínimo, a redução da jornada e relações mais democráticas no trabalho. "O que avançou foi o salário-mínimo, o sistema democrático de trabalho não andou e a discussão da redução da jornada de trabalho também não", recorda a também professora da Unicamp, Marilane Teixeira.

Na visão da pesquisadora, a forte pressão dos empresários impediu que a pauta avançasse. No entanto, apesar de não estar previsto em lei, ela afirma que a jornada de 40 horas já foi adotada por muitos segmentos industriais. "As categorias menos estruturadas foram ficando para trás com jornadas mais extensas, que é uma jornada de 44 horas. O tema está lá na agenda, mas não ganha centralidade", diz.

Ela cita como exemplo o setor administrativo de indústrias farmacêuticas, em que a jornada é de 40 horas, enquanto na produção foi reduzida para 42. E acrescenta que essa mudança não se restringe a grandes indústrias, como ela pode constatar em entrevistas realizadas com dirigentes sindicais para realizar a nota técnica. "Empresas pequenas, com menos de 100 trabalhadores, registraram acordos de redução de jornada para 40 horas semanais em que, por exemplo, a tarde da sexta-feira é livre", diz.

Outra questão trazida por Teixeira é o fato de no Brasil hoje haver menos empregos no setor da indústria

e um baixo índice de sindicalização, em torno de 8%, o que leva, segundo ela, a um distanciamento das grandes centrais sindicais em relação às categorias que reúnem um grande número de trabalhadores, como aqueles submetidos à escala 6X1. "A CUT, por exemplo, se estruturou em torno de metalúrgicos, bancários, químicos, petroleiros. Essas são categorias que, em uma boa parte, têm jornada de 33, 36, 40 horas e estão, de certa forma, numa outra condição", avalia. Procurada pela reportagem, a CUT preferiu não conceder entrevista, mas, em meio ao debate sobre o fim da escala 6X1, a entidade emitiu uma nota em que avalia que a indústria já não gera empregos suficientes e que a redução de jornada contribuirá para o aumento dos postos de trabalho no país. "É crucial garantir trabalho a todas as pessoas, que estes trabalhos sejam reconhecidos como relevantes socialmente para toda comunidade e não fiquem restritos ao circuito de acumulação capitalista, distribuindo empregos para todas as pessoas, ampliando o tempo livre para que a classe trabalhadora possa ter uma vida digna a com qualidade", diz a nota.

Ricardo Antunes lembra que a luta pela redução da carga horária semanal é antiga, mas agora, a ela se soma a busca por menos dias trabalhados para se ter tempo suficiente para atividades de lazer, educação e trabalhos domésticos. E o professor faz ainda uma outra distinção, que deve funcionar como um alerta. "Há um movimento feito pelo próprio capital, setores da produção, de [instituir] o *home office*, por exemplo, sem reduzir a jornada, mas transferindo o trabalho por dois ou três dias da semana para a casa dos trabalhadores e das trabalhadoras. Aí eles fazem uma jornada que só eles sabem como é. Às vezes é ultracontrolada e às vezes não é. Mas é preciso ter produção", descreve. Do outro lado, completa ele, está "a luta da classe trabalhadora" que, na direção contrária, deve "evitar a questão crucial do tempo ilimitado de trabalho".

Impacto para trabalhadores informais e plataformizados

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em março de 2025, no país os trabalhadores informais somam 38% da força de trabalho, o que significa 39 milhões de brasileiros. Em 2022 o Instituto mensurou, pela primeira vez, o número de trabalhadores de plataformas e identificou 2,2 mil pessoas. Deste total, os serviços de transporte, armazenagem e correio reuniram o maior contingente (67,3%), seguido do setor de alojamento e alimentação (16,7%).

A explicação para a disseminação do trabalho em plataforma, avalia o professor da Unicamp Ricardo Antunes, está em um cenário em que a tecnologia tornou desnecessária uma grande quantidade de trabalhadores nas fábricas e outras tantas profissões deixaram de existir. Diante do aumento do desemprego, o trabalho em plataformas se prolifera não apenas no Brasil, mas também em países de primeiro mundo. Nesses países, o fenômeno ficou conhecido como '*gig economy*' ou economia de bicos. "Isso ocorre porque nunca o capitalismo foi tão destrutivo", diz Antunes. Ele explica que desde a década de 1970, o grande desenvolvimento tecnológico levou a um desemprego intenso nas atividades industriais, o que favorece a economia de bicos. "Essa precarização do trabalho é mundial", enfatiza, mas pondera que a situação é muito diferente para os trabalhadores do sul global, onde a informalidade e o desemprego alcançam índices muito maiores e muitas vezes são a constante na vida dos trabalhadores e não a exceção.

Para o professor, essas condições, combinadas à alta tecnologia e ao índice de desemprego elevado, são as características que possibilitam o trabalho plataformizado, em que grandes empresas de tecnologia se colocam como prestadoras de serviços para empreendedores autônomos e conseguem ficar à margem da legislação. O resultado disso, explica Antunes, com base em suas pesquisas, são jornadas extenuantes, em que não sobra tempo sequer para ir ao banheiro, e com a necessidade de cumprir as inúmeras regras definidas pela plataforma. "Se o trabalhador não atende os pedidos da empresa, ele não é mais chamado ou recebe corridas piores. Isso cria jornadas ilimitadas", diz (Leia mais sobre os trabalhadores plataformizados na edição 95 da Poli).

Um estudo publicado por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na edição de março de 2025 do periódico Cadernos de Saúde Pública detalhou essas jornadas exaustivas. O trabalho reuniu entrevistas com 563 entregadores e identificou que 70% trabalham seis ou sete dias por semana. A jornada diária é de dez horas ou mais para metade desses trabalhadores e, entre esses, 37% trabalham mais de 12 horas por dia.

Embora destaque a situação dos trabalhadores de plataforma, Antunes afirma que as características de longas jornadas e regimes de trabalho à margem da legislação podem ser extrapolados para outros trabalhadores em situação de informalidade. "Podemos levar para o setor de serviços, como de hotelaria, *shoppings* e restaurantes. No setor de serviços a presença sindical, muito frequentemente, é uma presença de um sindicato patronal e aí essa jornada é excedida", diz.

Diante desse cenário, a expectativa dos entrevistados desta reportagem é de que a aprovação da redução da jornada, tanto em relação à carga horária quanto aos dias trabalhados, tenha um efeito cascata que beneficie também os trabalhadores informais e os plataformizados. No primeiro caso, a comparação é feita com o salário-mínimo, que costuma servir de guia para a remuneração mesmo para os trabalhadores informais. É baseado nessa experiência que eles esperam que a redução da carga horária influencie também as relações de trabalho sem regulação da legislação. "A discussão do salário-mínimo tem um impacto direto sobre todos os trabalhadores, esse efeito que a gente chama de farol. O mesmo se aplica em relação à jornada de trabalho", diz a professora da Unicamp Marilane Teixeira. Outra projeção é a de que com maior tempo livre e mais gente empregada, haja uma maior movimentação de comércio e serviços, o que abriria as portas para novas vagas serem criadas no mercado formal.

Atenção Secundária à Saúde

Os primeiros meses de 2025 foram marcados pela mudança na gestão do Ministério da Saúde. E, entre especulações e análises políticas sobre a saída de Nísia Trindade da Pasta, na imprensa informações creditadas a fontes do Palácio do Planalto apontavam, como um dos problemas da área, o fato de o Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), lançado em abril do ano passado, ainda não ter gerado os resultados esperados. Quando esta edição da *Poli* foi finalizada, o debate sobre a necessidade de ampliar e acelerar o acesso da população a exames e especialidades médicas ainda estava na pauta: o atual ministro, Alexandre Padilha, anunciou uma provável parceria com hospitais e serviços privados para a realização de exames e cirurgias encaminhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Por trás de todas essas iniciativas e propostas, o objetivo principal é reduzir a fila de espera dos procedimentos que compõem o que, na organização do SUS, se convencionou chamar de Atenção Secundária à Saúde. O problema, no entanto, é muito mais antigo do que o período de uma gestão ministerial e, pelo próprio desenho do SUS, não é responsabilidade apenas da União. "Nós temos ainda uma grande dívida com a população neste campo. Tudo que se avançou na Atenção Primária a partir do início dos anos 1990, com a municipalização e a Estratégia Saúde da Família, nós não conseguimos obter na Atenção Especializada. Não é à toa que todas as pesquisas mostram que essa temática das filas, ou listas, de espera por consultas com especialistas, exames e procedimentos, são fontes de críticas junto à população", avalia Helvécio Miranda Magalhães Júnior, pesquisador da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que ocupou a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) do Ministério da Saúde entre 2023 e 2024.

A organização dentro do SUS

A Atenção Secundária à Saúde é o nível intermediário de cuidado, que se diferencia da Atenção Primária (APS) – aquela que você acessa quando vai ao 'posto de saúde' mais perto da sua casa – e da Atenção Terciária, que envolve tratamentos de mais alta complexidade, como cirurgias cardíacas, tratamentos oncológicos, transplantes de órgãos e terapia intensiva. Juntas, atenção secundária e terciária dão conta do amplo leque da atenção especializada. Toda essa hierarquização está definida na Portaria 4.279/2010, do Ministério da Saúde, que estabelece as diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde.

A Atenção Secundária responde a necessidades que não podem ser resolvidas na Atenção Primária, atuando como referência para casos que requerem maior densidade tecnológica e profissionais especializados. Os serviços que oferece são os de média complexidade (ambulatorial), que englobam as consultas com médicos especialistas de áreas como pediatria, ortopedia, cardiologia, oncologia, neurologia, psiquiatria, ginecologia e oftalmologia, dentre outras especialidades médicas, e que podem ser exercidos tanto em unidades ambulatoriais quanto em hospitais. As necessidades de saúde não solucionadas neste nível devem ter continuidade na Atenção Terciária, ou de alta complexidade, para onde são transferidas por meio das centrais de regulação de municípios e estados. Fora das regiões metropolitanas, a oferta de serviços pela Atenção Secundária é concentrada em polos regionais e consórcios de municípios, já que os procedimentos exigem maior escala e recursos tecnológicos.

Entre os serviços mais conhecidos pela população, são exemplos de Atenção Secundária as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), além dos atendimentos em policlínicas, centros de diagnóstico laboratorial e por imagem, locais onde são feitos exames como ultrassonografias, ecocardiogramas e endoscopias. Constam dessa lista também serviços terapêuticos especializados, como fisioterapia e procedimentos ambulatoriais de média complexidade, como pequenas cirurgias, anestesias e alguns procedimentos ortopédicos. Mas a resposta às necessidades de Atenção Secundária no Brasil se dá também por meio de redes temáticas, como a Cegonha, a de Atenção Psicossocial, a de Urgência e Emergência, a de Cuidado à Pessoa com Deficiência e a de Atenção às Doenças e Condições Crônicas. E, embora menos visíveis e noticiados do que as filas que os brasileiros enfrentam para acessar essas especialidades, entre essas iniciativas há vários exemplos de sucesso. "Nós temos redução de mortalidade por acidentes. Apesar do aumento do número [de acidentes], principalmente por causa de motocicletas, o SAMU hoje está caminhando para 100% de cobertura no Brasil todo. Isso é uma façanha!", analisa Magalhães Junior, que completa: "Por sua vez, o cuidado obstétrico e neonatal, antigamente chamado de Rede Cegonha e hoje de Rede Alyne, conecta o pré-natal nas Unidades Básicas [de Saúde] aos ambulatórios especializados, maternidade, maternidade de risco e casas de parto que foram construídas. Inúmeras teses e pesquisas mostram o impacto disso na redução da mortalidade materna e infantil".

Onde está o gargalo?

O diretor do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Mario dal Poz destaca os diferenciais da Atenção Secundária no Brasil em comparação a outros sistemas nacionais de saúde. "Enquanto alguns países centralizam a gestão e o financiamento da saúde, o SUS se caracteriza por um modelo descentralizado e tripartite, com responsabilidades compartilhadas entre a União, os estados e os municípios. Esses diferenciais impactam a organização, o acesso e a qualidade dos serviços de atenção secundária", analisa. Magalhães Junior avalia, no entanto, que em relação à atenção secundária o Brasil vem repetindo formatos herdados do período histórico "pré-SUS". "Nosso modelo hegemônico é exatamente o de 40 anos atrás. É uma assistência fragmentada, por procedimento e por consulta, que gera idas e vindas intermináveis dos usuários. Você marca o médico, ele pede um exame, você volta para autorizar. Depois volta para fazer o exame, aí demora, pega o resultado, já é encaminhado para outro médico, que pede outro exame... Isso é um périplo gerador de filas", critica. E completa ressaltando que esse é um nível de atenção quase exclusivamente médico, "com pouca equipe multiprofissional, diferentemente da APS [Atenção Primária à Saúde] na qual vários profissionais interagem para uma assistência de qualidade".

Pelo pacto federativo na saúde, os municípios são responsáveis pela gestão da APS e parte da Atenção Secundária, os estados gerenciam hospitais de média e alta complexidade e coordenam a regionalização da rede, cabendo à União financiar e regular o sistema como um todo. Dal Poz crê que, embora clara, essa divisão de responsabilidades frequentemente gera tensões e dificuldades na coordenação, "especialmente em municípios com menor capacidade técnica e financeira". Outras dificuldades para a pactuação entre os entes federativos, segundo ele, são a descontinuidade política, os interesses locais conflitantes e a insuficiência técnica em determinadas regiões.

Instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) e o Decreto Presidencial 7.508/2011, que criou a Rede Nacional de Serviços de Saúde (RENASS), surgiram para integrar serviços, evitando que ficassem dispostos de maneira isolada e sem comunicação. Segundo os entrevistados desta reportagem, o uso dos recursos provenientes da União, estados e municípios, entretanto, ainda segue padrões antigos, herdados do Inamps, baseados em pagamento por procedimento — modelo que reforça a fragmentação e a lógica de produção em série, em vez da integralidade do cuidado.

Magalhães Júnior defende que o modelo de financiamento deve ser alterado para o atendimento integral. "Enquanto na Atenção Primária você paga *per capita*, por equipe, por indicadores mais modernos, do ponto de vista da gestão, na Atenção Especializada o pagamento é feito por procedimento. Muito parecido, nesse caso, com o que ocorre no setor privado, a saúde suplementar. Toda essa engrenagem é anti-usuário e antiqualidade do cuidado, gerador de filas de insatisfação e muito dispendiosa. Esse circuito não tem nenhuma lógica, sinergia ou diálogo entre os pontos de assistência. Há desperdício de procedimentos e exames", critica.

Para a solução de seus desafios, Camila Reis, pesquisadora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sugere a elevação do financiamento público e da regulação do Estado, o que possibilitaria um sistema organizado. "O grau de intervenção estatal na regulação da oferta e na demanda, além da definição dos recursos públicos e privados envolvidos com a rede de cuidados e serviços de saúde, são determinantes para que se tenha um sistema universal de saúde, e a atenção secundária poderá ser usada de acordo com a necessidade da população", defende.

Gestão da informação e melhorias de sistemas

O acesso à Atenção Secundária se dá a partir da Atenção Primária à Saúde ou da rede de urgências. Os profissionais da APS solicitam o encaminhamento do usuário para o serviço especializado via centrais municipais, regionais ou estaduais. Entretanto, passados 35 anos de criação do SUS, os especialistas ouvidos pela reportagem são unânimes em afirmar que para a maior parte do país falta integração entre as bases de dados, o que dificulta a organização da oferta e o conhecimento da demanda. Prontuários eletrônicos, filas de regulação, sistemas municipais, estaduais e federal não conversam entre si, gerando uma desorganização que colabora para a longevidade nas filas de espera por consultas, exames e procedimentos. "A maioria dos municípios não possui essa demanda organizada. Não existe, sequer, uma fila ou central de regulação que unifique essas solicitações. Além disso, não observamos um desenho de rede estruturada, o que permitiria um fluxo mais eficiente e evitaria o vai e vem dos pacientes", avalia Dal Poz.

Para Reis, essa incipiência fragiliza o sistema de regulação assistencial, "levando à concentração de serviços especializados em grandes centros e o predomínio do modelo assistencial hospitalocêntrico". "[Isso] traz fragmentação e superposição de ofertas, aumento dos custos com a atenção prestada e nos diferenciais de acesso, perpetuação de vazios assistenciais, e queda na qualidade e resolutividade da rede, determinando a ineficiência do sistema", conclui.

PAULO SCHUELER

QUIZ da SAÚDE

Fato ou Fake?

1 Embora eficaz na detecção do câncer de mama, a mamografia também aumenta em muito as chances de uma mulher desenvolver essa doença. Isso porque se trata de um exame com alto índice de radiação – 150 vezes mais do que o raio-X – e que pode ser evitado e substituído por outra técnica, chamada de termografia, que identifica os tumores através do calor.

2 O mosquito *Aedes Aegypti* pode transmitir, numa só picada, os vírus da dengue, zika e chikungunya, fazendo com que a 'vítima' desenvolva as três doenças ao mesmo tempo.

3 Como a vírus do HIV é transmitido pelo sangue, uma pessoa pode contrair Aids ao ser contaminada pela picada de um mosquito: para isso, basta que antes ele tenha picado uma pessoa contaminada.

4 Um estudo desenvolvido pelo médico britânico Andrew Wakefield e publicado em 1998 afirmou que a vacina tríplice viral (contra sarampo, rubéola e caxumba) poderia ser a responsável pelo autismo em crianças.

5 Como anunciado pelo Ministro da Economia, Fernando Haddad, novos tributos serão criados ao longo deste ano de 2025. E, entre eles, estão o imposto sobre animais de estimação e o chamado 'imposto pré-natal', que as mulheres que engravidarem deve pagar para subsidiar o acompanhamento da gestação pelos serviços de saúde.

RESPOSTAS

1. FALSO

Trata-se de uma *Fake News* que tem circulado em vídeos nas redes sociais. Na verdade, a radiação emitida pela mamografia é apenas 2 vezes (e não 150!) maior que a do raio-X e não aumenta o risco de desenvolvimento de câncer de mama. Ao contrário: é um exame essencial para detectar precocemente esse tipo de tumor, que é a principal causa de morte por câncer em mulheres no Brasil. Em entrevista ao G1, a secretária adjunta da Sociedade Brasileira de Mastologia Annamaria Massahud Rodrigues dos Santos explicou que "seria necessário que uma mulher realizasse mais de 400 mamografias ao longo da vida para aumentar o risco de câncer de mama de forma significativa por causa da radiação". Além disso, as principais entidades científicas da área não indicam a termografia para a identificação desse tipo de câncer.

Fontes: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2025/marco/mamografia-e-segura-e-ajuda-no-diagnostico-precoce e https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2025/02/18/e-fake-que-mamografia-aumenta-o-risco-de-cancer-de-mama.ghtml

2. VERDADEIRO

Um estudo da Universidade do Colorado, realizado em 2017 nos Estados Unidos, mostrou que sim, uma pessoa pode contrair essas três arboviroses ao mesmo tempo na mesma picada de um mosquito.

Fontes: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2025/fevereiro/verdadeiro-e-falso-sobre-a-dengue

3. FALSO

Diversas pesquisas mostram que isso não é possível. Como explica o Ministério da Saúde: "Isso ocorre por dois motivos. Primeiro porque quando os insetos picam, eles não injetam na próxima vítima o sangue da pessoa ou animal picado anteriormente. Segundo porque o HIV vive apenas por um curto período de tempo dentro deles. Então, mesmo que você more em uma área com muitos mosquitos e com alta prevalência de HIV, as duas coisas não estão relacionadas".

Fontes: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2025/janeiro/verdades-e-mentiras-sobre-o-hiv

4. ATENÇÃO

Mas atenção! Essa é a base de uma perigosa *Fake News* utilizada, inclusive, pelo chamado Movimento Antivacina, que contesta, sem nenhuma base científica, a eficácia da vacinação. Diversas pesquisas realizadas depois do estudo de Andrew Wakefield comprovaram que suas conclusões estavam erradas. Ele perdeu seu registro profissional e foi considerado culpado por má conduta científica, médica e ética. Foi descoberto, ainda, que ele tinha interesses econômicos nessa desinformação porque, antes da publicação do artigo, registrou o pedido de patente de outra vacina contra o sarampo, que concorreria com aquela que ele estava associando ao autismo.

Fontes: https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622

5. FALSO

Essa *Fake News* foi disseminada num vídeo que circulou nas redes sociais, em que aparecia a imagem do próprio ministro anunciando essas e outras medidas. Trata-se, no entanto, de manipulação de uma entrevista sobre outro assunto, feita com o uso de Inteligência Artificial.

Fontes: https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2025/01/video-criado-por-ia-simula-ministro-haddad-anunciando-impostos-que-nao-existem

100 EDIÇÕES DA POLI

Jornalismo Público em Saúde, Educação e Trabalho

ASSINE A POLI!

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

FIOCRUZ

SUS